

ANEXO 2

Anexo 2.1

- **Atas das reuniões da Comissão de Acompanhamento Ambiental
(7 atas)**

Handwritten notes and signatures:
 ERIC
 M.R.
 [Signatures]
 J. J. J. J.
 [Signatures]

**Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz do Tua
 (AHFT)
 Comissão de Acompanhamento Ambiental - CAA
 Acta**

1ª Reunião	Local: Câmara Municipal de Alijó	Data: 4 de Maio de 2011
-------------------	---	--------------------------------

Presenças	
CCDR-N	Paulo Gomes / Paula Pinto / Rui Fonseca / Maria João Pessoa / José Freire
APA	Cristina Russo
ARH-N	António Afonso
DRCN	David Ferreira
EMD	Ricardo Magalhães / Filinto Girão
ICNB	Carla Marisa Quaresma
IGESPAR	(*)
INAG	Paulo Machado
LNEG	Paulo Alves
MUNICÍPIOS	José Cascarejo (Presidente da Câmara Municipal de Alijó)
SADRVT	-
CPADA	-
EDPP	António Freitas da Costa / Nuno Portal / Nuno Brito Jorge

(*) Justificou ausência

Ordem de Trabalhos	
Hora	Assunto
10H30 - 11H00	Apresentação do Projecto do AHFT
11H00 - 12H30	Discussão e aprovação do Regulamento Interno da CAA
12H30 - 13H00	Outros Assuntos
13H00 - 14H30	Almoço
14H30 - 16H00	Visita aos locais da obra

Pontos Prévios

Paulo Gomes - na qualidade de Coordenador da CAA, abriu a reunião e agradeceu a presença dos membros da CAA.

Para enquadramento legal, referiu que esta CAA decorre da condicionante 12 da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do AHFT e que, por despacho do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a CCDR-N

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including "AR", "E. R.", "L. David", and several illegible signatures.

assumiu a coordenação e a iniciativa de da sua constituição. Valorizou o facto de se ter procedido atempadamente à constituição desta CAA, de modo a permitir que esta 1ª reunião coincidisse com a fase de início da obra, permitindo o pleno exercício das suas funções.

Os Organismos convidados e que constam do quadro de presenças, nomearam formalmente os seus representantes, à excepção da CCDRN, da EMD, CPADA, MUNICÍPIOS e SADRVT. Salientou a importância de ser garantido o acesso atempado dos membros da CAA, a toda a informação relativa ao acompanhamento ambiental da obra.

Alertou para o facto de a actuação da CAA não poder colidir, em nenhum momento, com as competências específicas de cada uma das entidades representadas.

Relembrou que a acção desta comissão vai manter-se para além da fase de construção, estando também presente na fase de exploração, tendo em conta a necessidade de acompanhamento da implementação das medidas de compensação, das medidas de minimização e planos de monitorização. Deverá também ser elaborado um relatório anual a remeter à Comissão Europeia.

José Cascarejo (Presidente da Câmara Municipal de Alijó) - deu as boas vindas aos membros da CAA e esclareceu que está na reunião apenas na qualidade de anfitrião, não se encontrando em representação, nem dos Municípios, nem da SADRVT, organismos que não nomearam ainda oficialmente os seus representantes.

Propõe ainda que, por razões de legitimidade, os cinco Municípios (Alijó, Carrazeda de Ansiães, Murça, Mirandela e Vila Flor) sejam representados na CAA pelos respectivos autarcas.

Paulo Gomes – Reforça a proposta de participação dos cinco Autarcas, para que, numa fase inicial se possam aperceber da dinâmica criada no âmbito dos trabalhos da CAA, podendo, numa fase posterior, a participação ser reduzida a apenas um Autarca, representando os Municípios.

Esta proposta teve aceitação de todos, na condição de se manter o direito a apenas um voto, por parte dos cinco Municípios.

Solicitou aos presentes que se apresentassem, após o que colocou à consideração de todos a Ordem de Trabalhos que obteve a anuência de todos os presentes.

Dando início ao primeiro ponto, passou a palavra ao Eng.º António Freitas da Costa, representante da EDPP, para apresentação do projecto.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name 'António' and other illegible scribbles.

Pontos da Agenda

I. Apresentação do Projecto do AHFT

António Freitas da Costa – no âmbito das responsabilidades cometidas à EDPP, fez uma declaração de compromisso de que tudo será feito no estabelecido nos documentos aprovados no processo de Avaliação de Impacte Ambiental (DIA / RECAPE), tendo em conta os ajustamentos que poderão resultar de dificuldades decorrentes do desenvolvimento dos trabalhos e que sejam devidamente reportadas e aprovadas em sede da CAA.

Apresentou o projecto do AHFT, descrevendo as suas principais características e referindo que os trabalhos prioritários são a construção da plataforma do edifício da central e subestação, o túnel de acesso à central e o túnel de derivação provisória. Os estaleiros, sociais e industriais, estarão no terreno, em meados de 2011. Trata-se de um projecto complexo, que corresponde a um investimento de cerca de 305M€, com uma produção líquida anual de 275 GWh, prevendo-se a entrada em serviço industrial, em Dezembro de 2015. Confirmou que a consagração teve lugar no dia 1 de Abril de 2011.

Nuno Portal – apresentou o organigrama que a EDPP implementará para o acompanhamento ambiental da Obra, assumindo o compromisso de cumprir as obrigações ambientais que decorrem da obra.

Salientou a existência de um Departamento de Fiscalização da Obra individualizado do Departamento de Coordenação e Integração Ambiental da Obra. Este último, não abrangido pela actividade do empreiteiro, coordena e integra todas as acções ambientais, que incluem os planos de monitorização, as medidas compensatórias e de minimização, para os diferentes factores ambientais, as expropriações e o Plano de Ordenamento da Albufeira, nos termos do RECAPE. Este novo modelo de Plano de Acompanhamento Ambiental conforma uma alteração relativamente ao que foi adoptado no caso do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor.

Recordou o processo de optimização ambiental do projecto, tendo em conta a inserção de alguns dos seus órgãos (central, subestação, restituição) em área do Alto Douro Vinhateiro classificada como Património Mundial, designadamente:

- Tecnologia GIS que permitiu compactar a subestação anexando-a ao edifício da central;
- Eliminação do prolongamento do acesso sobre o coroamento para a margem esquerda;
- Redução do impacte visual da restituição;
- Projecto de Integração Paisagística, que inclui a recuperação das encostas intervencionadas, com soluções humanizadas e de teor mais natural;

AM
G-EE
M??
Jordi F
Sant

– Integração paisagística do edifício da central

Os slides de apresentação do Projecto e Plano de Acompanhamento Ambiental apresentados, constituem o Anexo II.

Paulo Gomes - agradeceu a apresentação e exposição do projecto, tendo solicitado à EDPP a disponibilização da apresentação a todos os membros da CAA. Abriu espaço à colocação de questões. Não tendo sido colocada nenhuma questão, pediu esclarecimento à EDPP sobre o contingente inicial de trabalhadores directamente afectos à obra e quais as acções desenvolvidas na promoção de emprego local.

António Freitas da Costa - informou que, na fase inicial seriam criados cerca de 500 postos de trabalho e que foram realizadas pelo adjudicatário (ACE - Agrupamento de Empresas Mota-Engil/Somague/MSF) acções no sentido de informar a população local como candidatar-se às oportunidades de emprego criadas pela obra. O adjudicatário escolheu o Centro de Emprego de Mirandela, com o qual efectuou uma reunião, para o recrutamento de mão-de-obra, sendo que, este processo se encontra ainda numa fase incipiente.

Nesta fase está também a decorrer o processo de autorizações para efectuar travessias do rio e para aquisição de terrenos.

José Cascarejo – alertou para a sensibilidade das questões relacionadas com o emprego e para o facto de os residentes nos Municípios de Alijó e de Murça estão afectos ao Centro de Emprego de Vila Real, pelo que, por razões de igualdade de oportunidades, este Centro de Emprego deve também ser considerado. Poderão, complementarmente, ser consultados os próprios Municípios, que também detêm informação sobre necessidades de emprego.

António Freitas da Costa – registou a informação e confirmou que será tida em conta nas próximas acções, uma vez que, como referiu, o processo se encontra numa fase inicial. Referiu que o processo poderia incluir ainda uma terceira via, no sentido de garantir maior flexibilidade, através de um canal de comunicação específico e directo, entre interessados com o próprio adjudicatário.

Carla Marisa Quaresma – questionou sobre a versão apresentada do Plano de Recuperação Paisagística apresentado, que não parecia corresponder à última aprovada em RECAPE. Salientou também que alguns dos elementos e planos previstos na DIA, apresentados em RECAPE, relativos aos Sistemas ecológicos, se encontram ainda em revisão no âmbito do procedimento de Pós-Avaliação ambiental (entrega prevista até um ano após o licenciamento) perspectivando-se, assim, que as respectivas versões finais aprovadas apenas estejam disponíveis em 2012.

Handwritten notes and signatures:
 APL
 Geo
 N
 Geo F J
 J. Savid F
 R
 S

Nuno Portal – confirmou que o Plano de Recuperação Paisagística apresentado não era de facto o último aprovado, o que foi propositado, porque considera que a nova solução representa uma melhoria significativa e merecerá ser objecto de reavaliação oportuna.

2. Discussão e aprovação do Regulamento Interno da CAA

Paulo Gomes – leu, artigo a artigo, a proposta de regulamento interno, remetida por correio electrónico, no dia anterior (3 de Maio), tendo, cada um dos artigos sido colocado à consideração dos membros da CAA. Da discussão resultou uma versão final do articulado, tendo apenas ficado em aberto a definição da responsabilidade de pronúncia de cada uma das entidades, através dos seus representantes, em relação aos diferentes factores ambientais. Para o efeito ficou acordado que esta questão deveria ser remetida para um quadro anexo ao Regulamento. Assim, e após alterações propostas e acordadas, o Regulamento foi aprovado por unanimidade.

Verificou-se uma discussão alargada, sendo de registar as seguintes questões:

- Relativas à alínea a) do Artigo 5º - Funções, no sentido de garantir o adequado acompanhamento e funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental.
- Relativamente ao Ponto 4 deste artigo, que suscitou alguma discussão sobre a atribuição de competências pelas entidades representadas na CAA, ficou acordado definir esta distribuição de tarefas numa tabela.
- Sobre o Artigo 8º – Instalações e Despesas de Funcionamento - Paulo Machado referiu não concordar com a redacção proposta de redacção do nº 2 do artigo uma vez que a mesma não tem qualquer enquadramento nas obrigações cometidas à EDP nos âmbito da implementação do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua, referindo que sem prejuízo da colaboração que a EDP possa prestar ao funcionamento da CAA, esta colaboração não deve ser traduzida como um encargo cometido ao promotor, propondo no sentido de substituir a obrigatoriedade cometida à EDP pela colaboração desta entidade no funcionamento a protocolar entre a CCDR-N e a EDP por extravasarem as competências da CAA não deveriam estar expressas no regulamento, referindo que as mesmas poderão ser consideradas no âmbito da colaboração entre a EDP e a CCDR-N.
- Relativamente aos Estudos referidos na alínea c) do mesmo ponto, António Freitas da Costa apelou a um recurso circunscrito e devidamente ponderado e acordado em sede de reuniões da CAA.

Handwritten notes and signatures:
 Aced
 ETECO.
 NR
 José José F
 [Signature]

- Sobre esta questão António Freitas da Costa manifestou disponibilidade para cooperar no que for necessário, uma vez que os custos inerentes a esta colaboração são considerados residuais, pela EDP e esta cooperação em nada comprometerá a participação das diferentes entidades.
- José Cascarejo referiu que apesar da administração local, actualmente, dispor de recursos escassos, o facto de uma entidade assumir despesas logísticas não retira a idoneidade ou limita a actuação de cada instituição e salienta que é com agrado que recebe pessoas no seu concelho;
- Sobre o local de realização das reuniões ficou decidido que a sua localização ficará definida em cada reunião. Foi referida a vantagem da realização das reuniões na região do projecto e da visita ao local das obras ser efectuada durante a manhã e a reunião durante a tarde.
- À questão levantada pelo ICNB relativa à necessidade de se assegurarem reuniões temáticas e de cariz técnico adicionais e ou mais regulares (com visita ao local das obras) no âmbito do acompanhamento ambiental do projecto, foi referido pela CCDRN que se perspectiva que as reuniões sectoriais não plenárias colmatem parcialmente esta necessidade. Foi também referido que o funcionamento da CAA e o respectivo regulamento interno não invalidam a existência de reuniões bilaterais ente cada entidade e a EDPP no âmbito da análise específica das matérias da sua competência.
- Ficou acordado que os Relatórios de Acompanhamento Ambiental da Obra e as reuniões plenárias da CAA serão realizados quadrimestralmente, ou seja, três reuniões por ano.
- Foi eliminado o artigo 10º - Ligações Institucionais.

Anexa-se à presente acta - Anexo I - o Regulamento Aprovado, no que se refere ao articulado, ficando apenas em aberto algum acerto relativamente ao quadro que inclui as responsabilidades das entidades em relação à pronúncia sobre os diferentes factores ambientais.

Paulo Machado - questionou se o sistema de gestão ambiental será idêntico ao do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor ou se sofrerá alterações.

Nuno Portal - informou que haverá uma equipa específica, com um Coordenador Geral de Ambiente, conforme o referido na apresentação, que garantirá o devido acompanhamento do Sistema de Gestão Ambiental da obra. O Sistema Ambiental corresponde ao conjunto de elementos já aprovados, designadamente, Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO), medidas de Minimização / Compensação, Planos de Monitorização.

Handwritten notes and signatures:
 - Top left: "A. H. 2"
 - Middle left: "E. F. E. O."
 - Top right: "M. C."
 - Middle right: "X. J. David F."
 - Bottom right: "R."
 - Far right: "S. J. T."
 - Bottom right: "S. J. T." (signature)

3. Outros Assuntos

No âmbito do terceiro e último ponto da Ordem de Trabalhos, ficou acordado que a divulgação da documentação será garantida em formato digital, podendo, de acordo com pedido específico à EDPP, ser disponibilizada informação em formato papel, tendo em conta também razões de ordem ambiental.

Assim, relativamente a necessidade de recepção de um exemplar em papel dos relatórios, ficou acordado o envio apenas para a CCDR-N e INAG enquanto entidade licenciadora. Por solicitação expressa efectuada pelo ICNB, e dada a especificidade do descritor Ecologia, ficou também previsto o envio em papel das cartografias inerentes aos Sistemas Ecológicos, as quais deverão ser também, se possível, acompanhadas dos ficheiros em formato *shape*.

Ficou acordado que a troca de informação será sempre partilhada entre os membros efectivos e suplentes.

Carla Marisa Quaresma - salientou a necessidade de se assegurar a adequada articulação e coerência dos relatórios de acompanhamento ambiental a apresentar pela EDPP com os ciclos biológicos das espécies, devendo os relatórios anuais abranger e reportar sempre que possível (e integralmente) os períodos e épocas adequadas à avaliação dos parâmetros e variáveis em análise.

Reiterou ainda a importância de no presente processo serem já considerados todos os restantes ajustamentos e recomendações que têm vindo a ser reportadas pelo ICNB, no âmbito da Comissão homóloga da obra do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor,

Nuno Portal – propõe que os relatórios de monitorização dos sistemas ecológicos, terão a periodicidade ajustada aos ciclos biológicos e serão incorporados no relatório quadrimestral seguinte, o que foi aceite por todos.

José Cascarejo - reafirmou que a sua presença nesta reunião é apenas a qualidade de anfitrião e salientou a importância de estarem presentes os representantes de cada Autarquia dos Concelhos abrangidos por este empreendimento, propondo um esquema de rotatividade no local de realização destas reuniões.

Paulo Gomes - informou que o critério adoptado para o local de realização das reuniões será a proximidade à obra, por questões óbvias de gestão de tempo, tendo ficado acordado que ocorrerão, em Alijó ou em Carrazeda de Ansiães, locais em que se concentrarão as obras, na fase inicial dos trabalhos.

José Freire - informou que recebeu, no decurso da reunião, um telefonema do Professor João Joanaz de Melo, em representação da CPADA, dando nota que, apesar da posição conhecida da CPADA contra o projecto, apenas por dificuldades internas, não foi possível garantir a presença do representante da

CPADA, nesta reunião, mas que têm todo o interesse em participar, prevendo aquela Confederação possa estar representada numa próxima reunião.



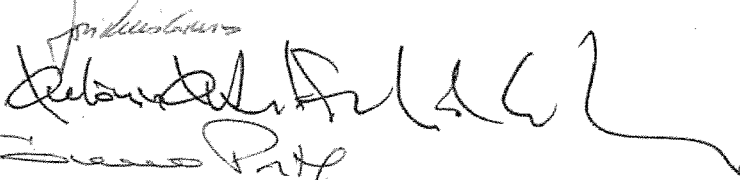





Paulo Gomes - alertou para a sensibilidade desta fase de início de obra, no sentido de permitir o progresso dos trabalhos em obra e garantir, também, o cumprimento e implementação das medidas.




Ficou acordado que:

- O primeiro Relatório Quadrimestral de Acompanhamento Ambiental (RQAA) deverá ser disponibilizado até 31 Agosto de 2011;
- A segunda reunião da CAA ocorrerá a 27 de Setembro de 2011, iniciando às 10H30, com visita à obra, seguida de reunião com início às 14H30.

Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta.

CCDR-N, Porto, 4 de Maio de 2011





David Ferreira





Anexos: I – Regulamento Interno da CAA
II – Apresentação do Projecto do AHFT (EDPP)

etc.  m.r.
  
 
R. 


Anexo I
Regulamento Interno da CAA

Handwritten notes and signatures:
 eto. [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua
Comissão de Acompanhamento Ambiental
Regulamento Interno

Artigo 1º

Objectivo

A Comissão de Acompanhamento Ambiental da Fase de Obra, seguidamente designada por CAA, cuja constituição resulta da condicionante nº 12 da Declaração de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua, emitida a 11 de Maio de 2009 e no cumprimento do despacho do SEA, datado de 18 de Fevereiro de 2011, tem como objectivo o adequado acompanhamento da evolução da fase de construção, bem como o acompanhamento da implementação e avaliação da eficácia das medidas de minimização e de compensação preconizadas.

Artigo 2º

Período de Funcionamento

1 – A CAA desenvolverá a sua actividade até ao termo da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua que corresponde ao fim da fase de enchimento da respectiva albufeira.

2 – A actividade da CAA poderá manter-se para além do termo da fase de obra, designadamente no âmbito do acompanhamento da implementação e avaliação da eficácia das medidas de minimização e de compensação preconizadas, sob proposta da própria CAA e mediante acordo dos membros do Governo responsáveis pela Tutela da área do Ambiente.

Artigo 3º

Composição

1 – A CAA é constituída pelos membros representantes das seguintes entidades:

CCDR-N	– Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
APA	– Agência Portuguesa do Ambiente
ARH-N	– Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P.
DRCN	– Direcção Regional de Cultura do Norte
EMD	– Estrutura de Missão do Douro
ICNB	– Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.
IGESPAR	– Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.
INAG	– Instituto da Água, I.P.
LNEG	– Laboratório Nacional de Energia e Geologia
MUNICÍPIOS	– Um representante dos Municípios: Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor
SADRVT	– Sociedade Anónima de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua
CPADA	– Um representante da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
EDPP	– EDP Produção – Gestão da Produção de Energia, S.A.

ETRO.
MR
MR
MR
MR

2 – Os representantes mencionados no número anterior não auferem qualquer remuneração adicional pela sua participação na CAA.

Artigo 4º
Dependência

A CAA depende do Ministério que tutela a área do Ambiente.

Artigo 5º
Funções

1 – São funções da CAA:

- a) Assegurar o funcionamento do sistema de gestão ambiental (constituído nomeadamente pelo Plano de Gestão Ambiental, Medidas de Minimização, Medidas de Compensação e Planos de Monitorização) e acompanhar a sua execução;
- b) Promover a realização de auditorias ambientais, para verificação da eficácia das medidas de minimização, compensação e monitorização ambiental adoptadas pelo promotor;
- c) Determinar as medidas correctivas reputadas necessárias;
- d) Validar os relatórios periódicos que a EDPP deve elaborar, relativos ao progresso da implementação das medidas ambientais.

2 – No âmbito das suas funções, a CAA pode ainda fazer recomendações relativas à adopção de medidas correctivas adicionais que se revelem necessárias face a riscos ambientais supervenientes decorrentes da implementação da obra.



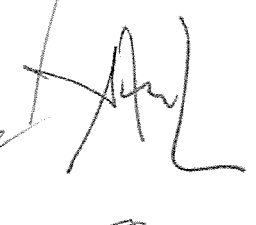

3 – As recomendações que venham a ser adoptadas nos termos do número anterior são submetidas pelo Presidente da CAA, através da Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, com conhecimento aos membros do governo responsáveis pela Tutela da área do Ambiente, tendo em atenção a necessidade de tornar os respectivos procedimentos vinculativos para a EDPP.

4 – Cada uma das entidades representadas na CAA deverá pronunciar-se, por escrito, sobre os documentos apresentados pela EDPP, previamente à sua validação em sede de reunião plenária. As entidades que integram esta CAA, à excepção da EDPP, serão responsáveis pela análise dos factores ambientais, conforme o Anexo I.

Artigo 6º
Competências da Presidência

1 – A CAA é presidida pela CCDR-N, à qual compete:

- a) Fixar o dia, hora e local das reuniões plenárias e sectoriais não plenárias;

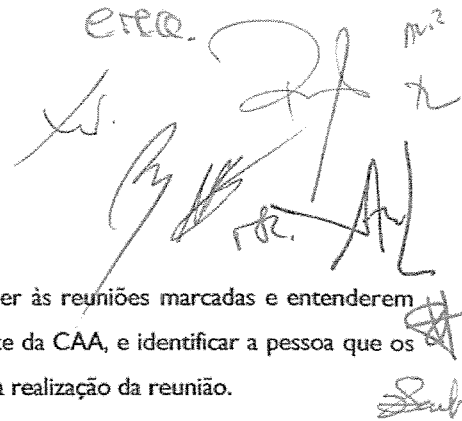




etc.  mte
xw.  


- b) Determinar a ordem de trabalhos de cada reunião;
- c) Convocar todas as reuniões da CAA, plenárias e sectoriais não plenárias;
- d) Promover a concertação das posições da CAA;
- e) Solicitar, se necessário, o parecer de entidades que não tenham assento na CAA;
- f) Propor à Tutela da área do Ambiente, fundamentadamente, a validação da contratação de trabalho de especialistas, sempre que considerado necessário pela CAA;
- g) Representar a CAA em todas as iniciativas externas;
- h) Garantir a devida articulação da CAA com a Estrutura de Coordenação e Acompanhamento (ECA) do Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH);
- i) Delegar as competências em algum dos membros da CAA, de acordo com deliberação da CAA;
- j) Exercer outras competências que sejam ou venham a ser definidas pela CAA;
- k) Submeter à aprovação da CAA o respectivo Regulamento Interno de funcionamento, nos termos do Artigo 11º;
- l) Fazer cumprir as normas constantes do Regulamento Interno.

Artigo 7º

Funcionamento

- 1 - A CAA tem sede da CCDR-N, na Rua Rainha D. Estefânia, nº 251, 4150-304 Porto.
- 2 - A CAA reúne em plenário, quadrimestralmente e sempre que o desenvolvimento dos trabalhos o exija.
- 3 - Para além das reuniões referidas no ponto anterior, a CAA poderá efectuar reuniões sectoriais, não plenárias, em função de assuntos específicos a discutir, por iniciativa do Presidente ou por solicitação dos membros da CAA.
- 4 - As reuniões plenárias da CAA são convocadas pelo Presidente com a antecedência mínima de um mês e a respectiva ordem de trabalhos enviada aos membros da CAA, com a antecedência mínima de uma semana.
- 5 - De todas as reuniões é lavrada uma acta que contém as presenças, a ordem de trabalhos e os assuntos tratados, bem como as deliberações tomadas, que será assinada por todos os presentes e aprovada na reunião imediatamente a seguir. Uma proposta de acta será enviada, no prazo máximo de 15 dias, a todos os representantes da CAA, para eventuais alterações e comentários.
- 6 - A CAA só pode deliberar desde que estejam presentes metade e mais um dos membros representantes das entidades referidas no Artigo 3º e que constituem as entidades com direito a voto;

etc.  m²
xv. 
re. 
AL 
Sub 

7 – Os membros nomeados para a CAA, sempre que não puderem comparecer às reuniões marcadas e entenderem fazer-se representar por um substituto, deverão comunicar o facto ao Presidente da CAA, e identificar a pessoa que os fará substituir, com a antecedência mínima de 2 dias úteis, da data marcada para a realização da reunião.

8 – O Presidente tem voto de qualidade em caso de empate nas deliberações;

9 – Os membros da CAA presentes são solidariamente responsáveis pelas deliberações tomadas, excepto se fizerem consignar em acta a sua discordância, ou não tendo estado presentes, manifestaram a sua posição até oito dias após a tomada de conhecimento formal daquelas deliberações.

10 – Poderão participar nas reuniões, sem direito de voto, outros representantes, ou de outras entidades, que a CAA considere necessárias à apreciação da matéria constante da ordem de trabalhos, mediante proposta de cada um dos seus membros.

11 – A CCDR-N e a EDPP garantirão o apoio ao funcionamento da CAA através de um secretariado técnico., que funcionará na respectiva sede.

Artigo 8º

Apoio Técnico

1 – A CAA disporá de um Secretariado Técnico que servirá de interlocutor permanente entre EDPP e os membros da CAA.

2 - Ao Secretariado Técnico compete, nomeadamente:

- a) Elaborar as actas das reuniões da CAA;
- b) Remeter as actas aos membros da CAA;
- c) Enviar as convocatórias para as reuniões aos membros da CAA e outras entidades cuja presença tenha previamente sido considerada necessária em sede de reunião da CAA;
- d) Elaborar e enviar aos membros da CAA, atempadamente, toda a documentação necessária à análise e discussão das matérias previstas na ordem de trabalhos, as propostas de parecer final sobre os Relatórios Técnicos de Acompanhamento Ambiental da Obra;
- e) Disponibilizar na plataforma electrónica a documentação associada aos trabalhos da CAA.

3 – À EDP Produção – Gestão da Produção de Energia, S.A compromete-se a:

- a) Dar apoio logístico e os meios de transporte, desde a sede da CAA, necessários ao acompanhamento dos trabalhos por parte da CAA, no local das obras e nas áreas onde são implementadas as medidas ambientais de minimização e de compensação;

Handwritten signatures and initials:
 ERGO, M, T, R, S, Sal

- b) Promover a criação e garantir a manutenção da plataforma electrónica referida na alínea e) do ponto 2;
- c) Promover a aquisição de estudos e a contratação de trabalhos especializados que venham a revelar-se necessários, bem como a implementar medidas e programas adicionais que sejam da sua responsabilidade;
- d) Contribuir para as despesas de funcionamento do Secretariado Técnico, em condições a protocolar com a CCDR-N.

Artigo 9º

Aprovação do Regulamento Interno

A CAA aprova o Regulamento Interno na sua primeira reunião, devendo ser submetido a validação dos membros do Governo responsáveis pela tutela da área do Ambiente.

Anexo I

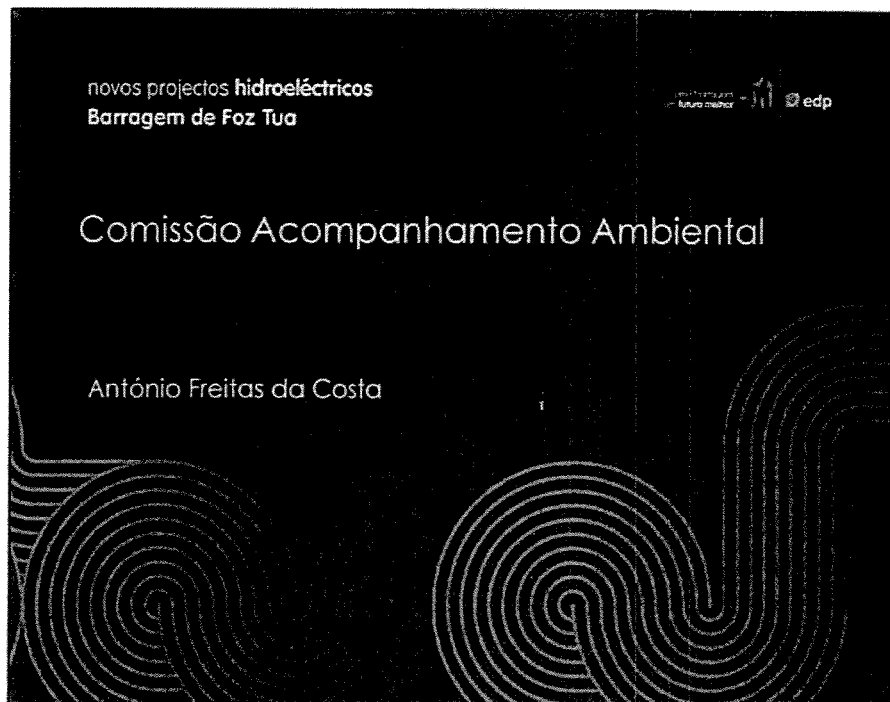
Entidades responsáveis pela análise dos factores ambientais

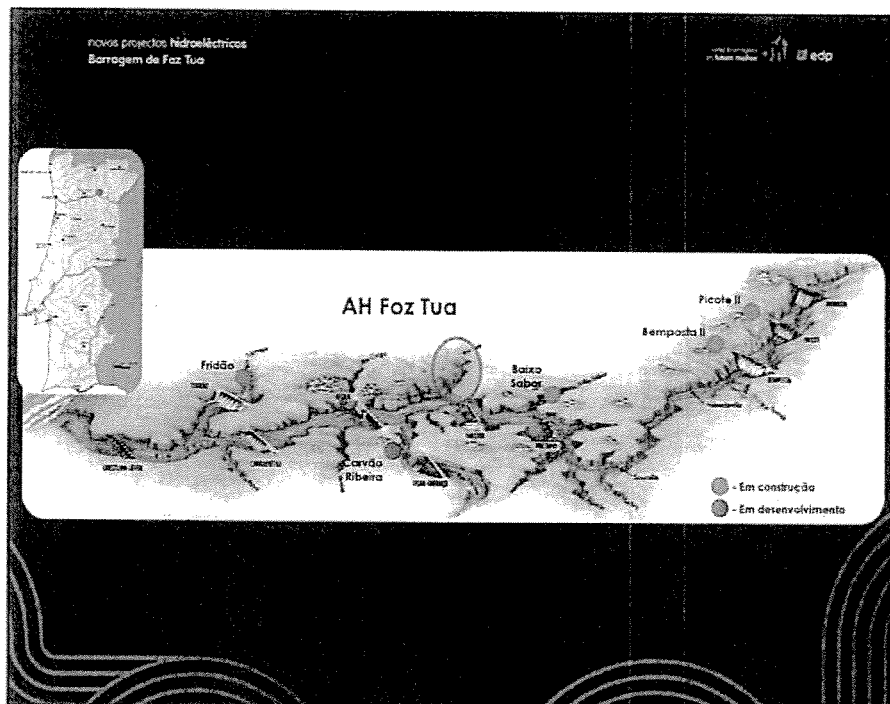
Factores Ambientais	CCDR-N	APA	ARHN	DRCN	EMD	ICNB	IGESPAR	INAG	LNEG	MUNICIPIOS	SADRVT	CPADA
Clima	(1)											●
Geologia, Geomorfologia, Sismotectónica e Georrecursos									●			●
Hidrogeologia e Recursos Hídricos Subterrâneos			●					●	●			●
Solos e Capacidade de Uso do Solo	(1)											
Uso do Solo	●				●							
Recursos Hídricos Superficiais			●		●			●				●
Ecologia (incluindo planos e medidas com incidência neste factor ambiental)						●						●
Paisagem		●		●	●					●		
Qualidade do Ar	●											●
Ambiente Sonoro		●								●		●
Gestão de Resíduos	●	●								●		●
Ordenamento do Território	●				●					●		
Socioeconomia	●				●					●	●	●
<i>Plano de Mobilidade</i>	●			●	●	●	●	●		●	●	●
<i>Plano de Acção para a Criação de Oportunidades de Auto-emprego</i>	●									●	●	
<i>Articulação com Juntas de Freguesia</i>										●	●	
<i>Plano de acção para a requalificação das acessibilidades</i>	●		●	●	●			●		●	●	
Património Cultural, Arqueológico e Construído				●			●					
<i>Centro Interpretativo do Vale do Tua</i>	●			●	●		●			●	●	
<i>Estudo Histórico do Vale do Tua e sobre a Linha do Tua</i>				●			●					

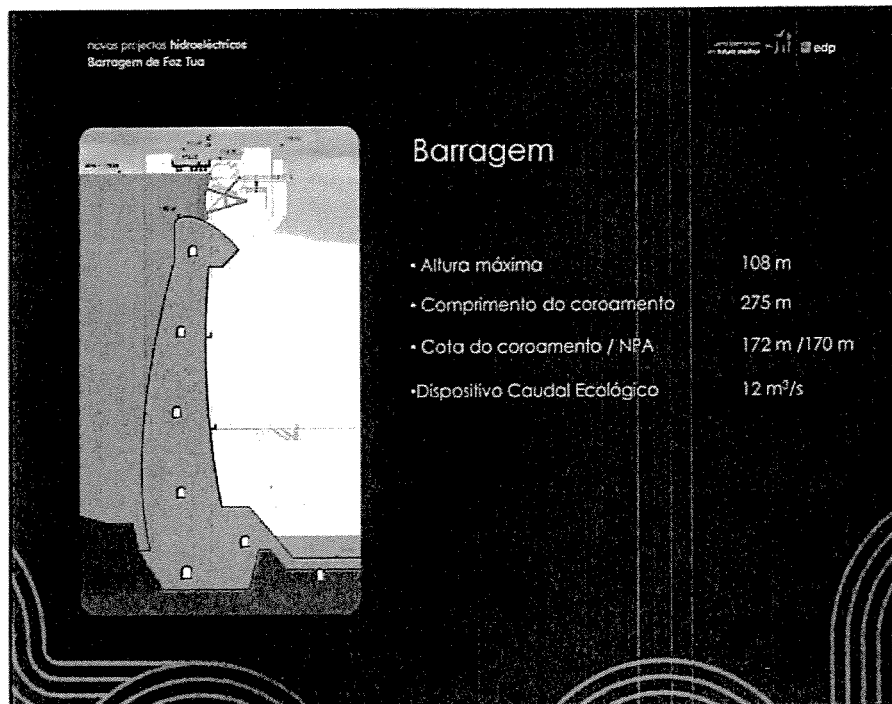
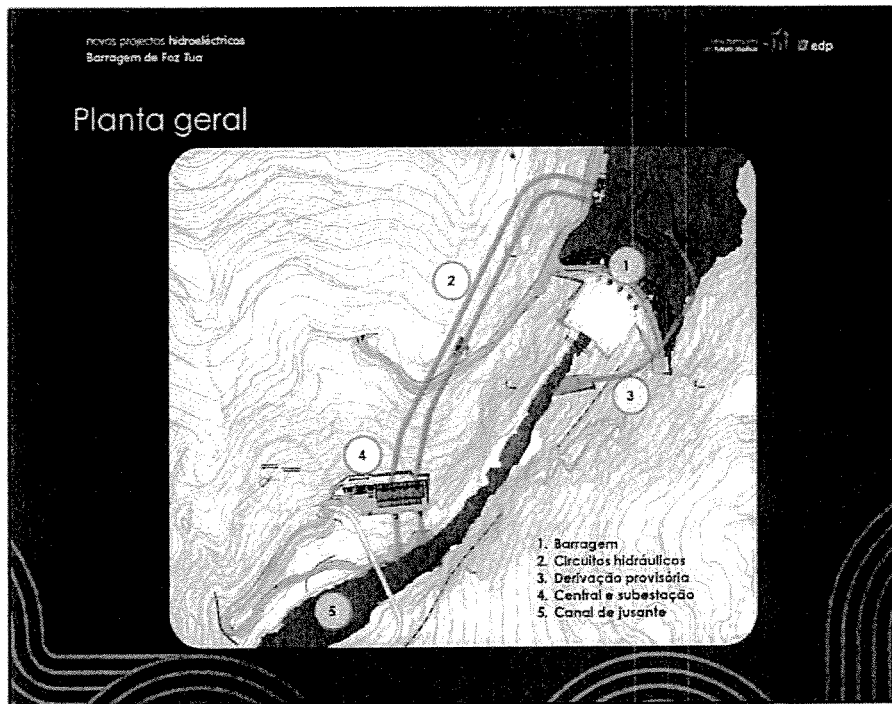
(1) A CAA recorrerá, caso necessário, a entidades externas com competências específicas

erro. 2A n.º 7
x. 7 Abril
R. A
set

Anexo II
Apresentação do Projecto do AHFT (EDPP)







novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

edp

Circuito hidráulico e Central hidroeléctrica

Circuito hidráulico 1 - Perfil longitudinal

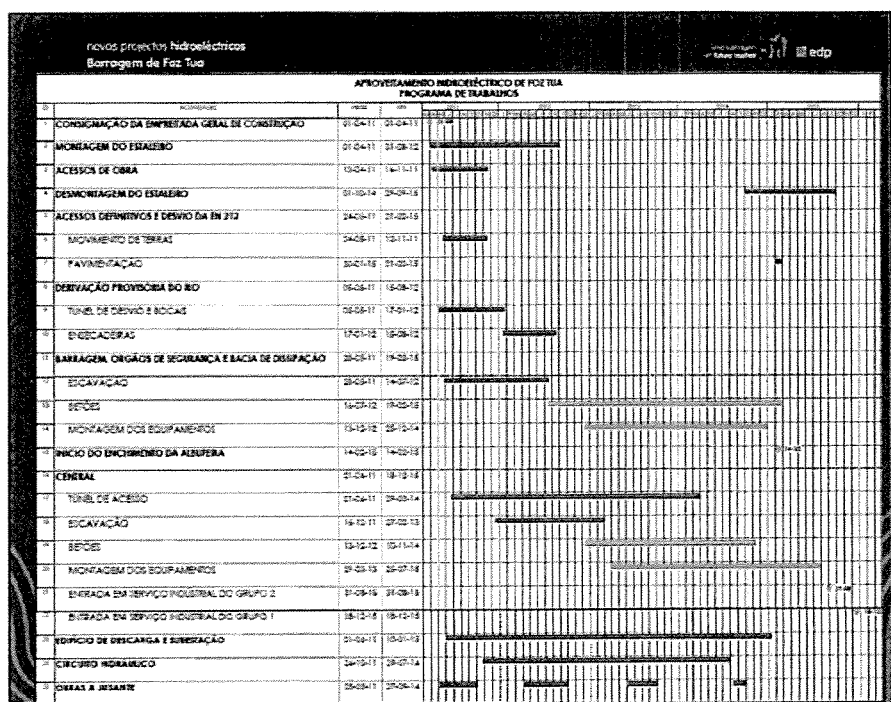
- **Circuito hidráulico** com dois túneis independentes:
 - Extensão total com cerca de 700 m
 - Diâmetro interior entre 5,5 m e 7,5 m
- **Central em paço**, com dois grupos reversíveis:
 - Altura total dos paços 67,5 m
 - Diâmetro dos paços 18,6 m

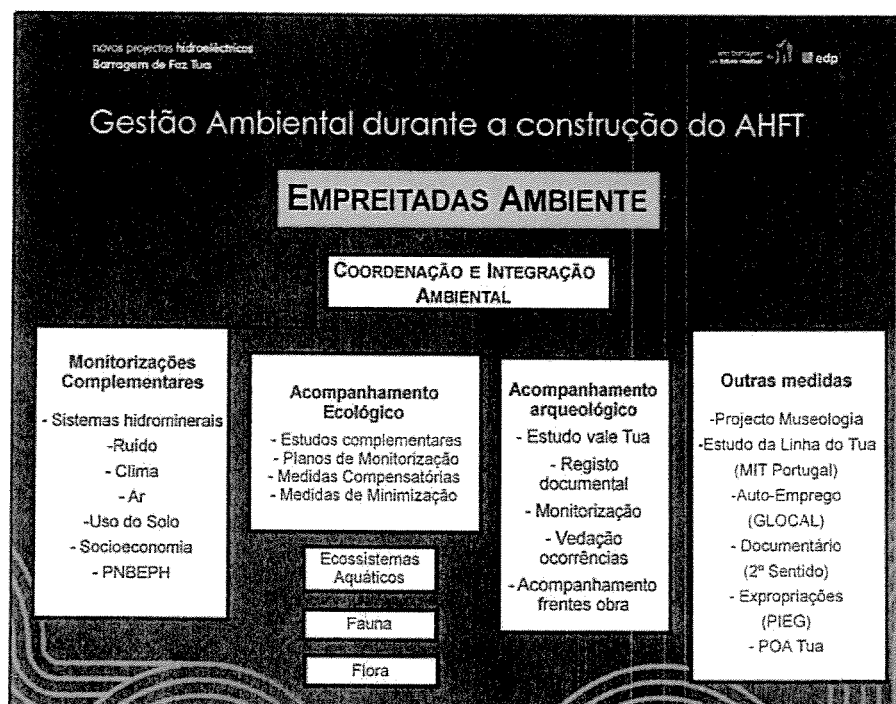
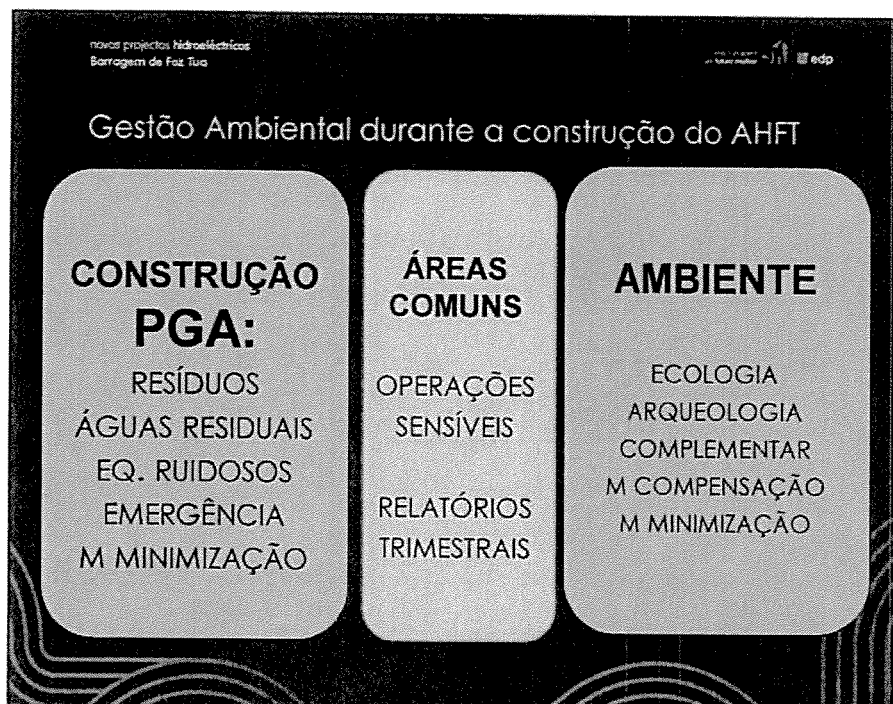
novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

edp

Foz Tua – dados principais

• Investimento	305 M€	
• Incorporação nacional	75 – 80 %	
• Potência (2 grupos reversíveis)	251 MW	
• Caudal máximo em turbinamento	310 m ³ /s	
• Produção bruta anual	585 GWh	
• Produção líquida anual	275 GWh	
• Capacidade da albufeira	106 hm ³	
• Emissões de CO ₂ evitadas/ano	450.000 t	
• Número máximo trabalhadores em obra	1.000	
• Entrada em serviço industrial	Setembro 2015	





novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

EDP
Energia
Água
Gás

Optimização ambiental do projecto do AH Foz Tua

- Opção pela cota mais baixa (170), com menor impacte ambiental
- Implantação da barragem fora do Alto Douro Vinhateiro
- Desenvolvimento de um solução de subestação compacta
- Reformulação da solução dos bocais da restituição
- Supressão do acesso ao coroamento na margem esquerda
- Plano de Recuperação Ambiental e Integração Paisagística
- Criação de zonas de reserva florística na área da obra e envolvente

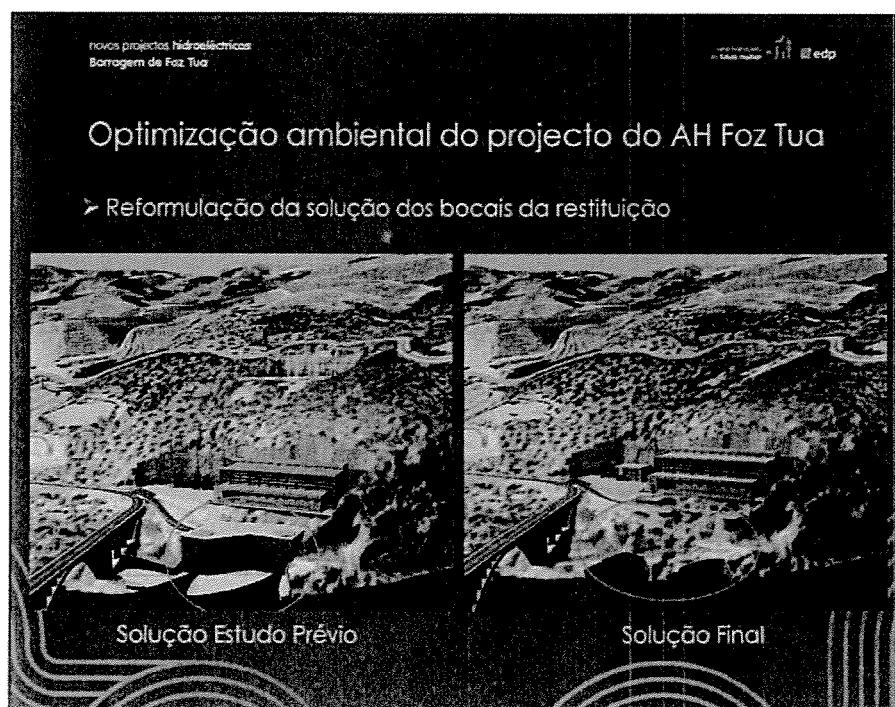
novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

EDP
Energia
Água
Gás

Optimização ambiental do projecto do AH Foz Tua



- Implantação da barragem fora do Alto Douro Vinhateiro



novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

Uma Barragem
Um futuro melhor

edp

Optimização ambiental do projecto do AH Foz Tua

➤ Supressão do acesso ao coroamento na margem esquerda;



Solução Estudo Prévio

Solução Final

novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

Uma Barragem
Um futuro melhor

edp

Optimização ambiental do projecto do AH Foz Tua

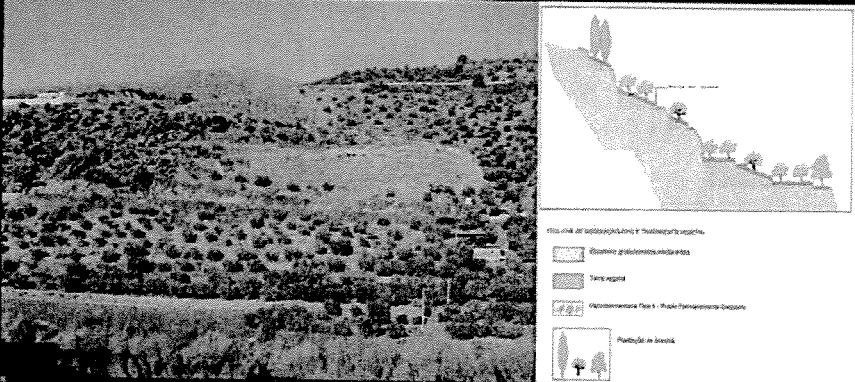
➤ Plano de Recuperação Ambiental e Integração Paisagística do AHFT



Cenário Naturalizado – modelação natural, prado de sequeiro, espécies autóctones

novos projectos hidroelétricos
Barragem de Foz Tua

Optimização ambiental do projecto do AH Foz Tua
➤ Plano de Recuperação Ambiental e Integração Paisagística do AHFT



Legenda:

- Quilómetros geodésicos/coordenadas
- Vegetação
- Reordenamento Florestal - Plano de Recuperação Especial
- Plantão de árvores

Cenário Humanizado – modelação em socalco, prado permanente de sequeiro com arbustos e árvores

novos projectos hidroelétricos
Barragem de Foz Tua

Optimização ambiental do projecto do AH Foz Tua
➤ Recuperação paisagística da zona da Central Hidroelétrica



Legenda:

- Cenário naturalizado
- Cenário humanizado
- Zonas de reserva florística

novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

Optimização ambiental do projecto do AH Foz Tua

➤ Recuperação paisagística da zona da Central Hidroeléctrica



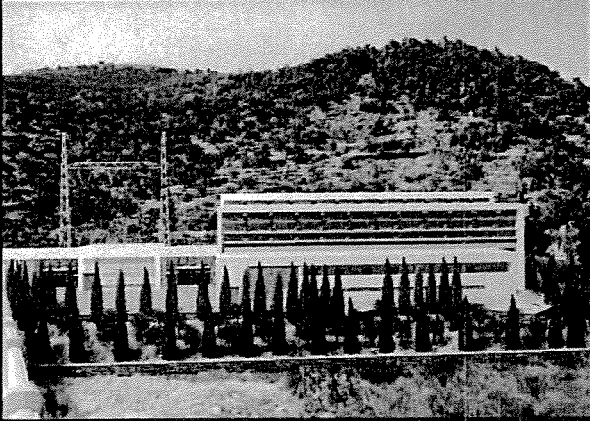
Cenário naturalizado

Cenário humanizado

novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

Optimização ambiental do projecto do AH Foz Tua

➤ Recuperação paisagística da zona da Central Hidroeléctrica - Antevisão



novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

EDP

AH Foz Tua e o desenvolvimento regional

- **Fundo do Tua**
EDP disponibilizará, desde o início da construção, 3% da receita líquida média anual
- **Sociedade de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua**
Com a participação dos 5 Municípios do Tua e da EDP
- **Programa de Empreendedorismo e Autoemprego**
Resposta ao resultado do inquérito que identifica esta iniciativa como a mais importante
- **Núcleo Museológico de Foz Tua**
Preservação da memória da linha
- **Plano de Mobilidade**
Desenvolvimento, através de soluções quotidiana e turística, de um sistema multimodal

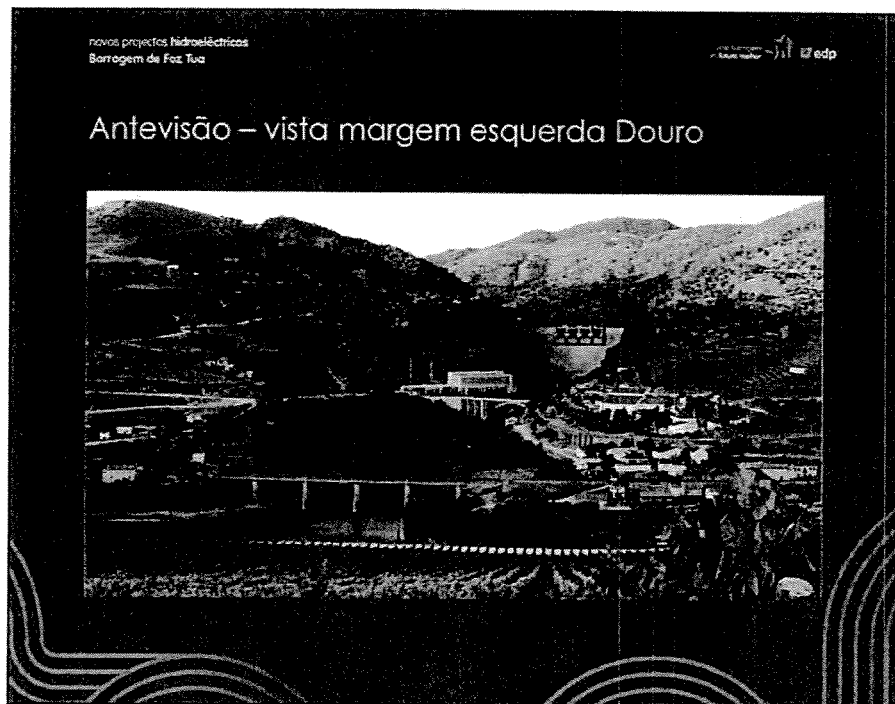
novos projectos hidroeléctricos
Barragem de Foz Tua

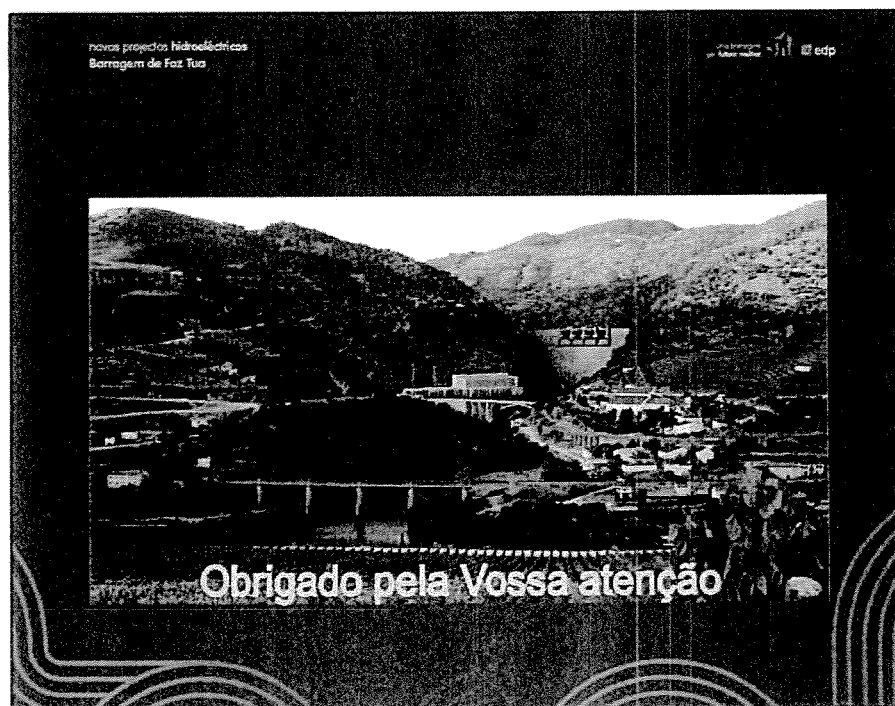
EDP

Antevisão – vista aérea



The image shows an aerial view of the Foz Tua dam project. The dam is a large concrete structure with a central spillway, situated in a valley. The surrounding landscape is a mix of agricultural fields, some of which are irrigated, and natural terrain. The river flows through the valley, and the dam is built across it. The overall scene is a combination of natural beauty and human-made infrastructure.





Aproveitamento Hidroelétrico de Foz do Tua

(AHFT)

Comissão de Acompanhamento Ambiental - CAA

Acta

2º Reunião	<i>Local:</i> Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães	<i>Data:</i> 27 de Setembro de 2011
-------------------	---	--

Presenças	
CCDR-N	Paulo Gomes / Paula Pinto / Rui Fonseca / Maria João Pessoa / José Freire
APA	Cecília Simões
ARH-N	António Afonso
DRCN	David Ferreira
EMD	Filinto Girão
ICNB	Carla Marisa Quaresma
IGESPAR	Luís Pereira
INAG	Paulo Machado
LNEG	- (confirmou ausência)
MUNICÍPIOS	José Luís Correia (Pres. CM Carrazeda de Ansiães) / Arménio Carvalho Ribeiro (CM Murça) Fernando Barros (Vice-Pres. CM Vila Flor) / José Maria Lopes Silvano (Pres. CM Mirandela)
SADRVT	- Não nomeado
CPADA	- Não nomeado
EDPP	António Freitas da Costa / Nuno Portal / Nuno Brito Jorge / António Vallejo Paes / Paulo Figueira / Liliana Benites

(*) Justificou ausência

Paulo Gomes - na qualidade de Coordenador da CAA, abriu a reunião e agradeceu a presença dos membros da CAA. Informou que o Dr. Paulo Alves do LNEG não pode estar presente na reunião e que ainda não tinham sido nomeados os representantes da Confederação Portuguesa da Defesa do Ambiente (CPADA), e da SADVRT, cujas nomeações, em breve, serão concretizadas.

A Ordem de trabalhos proposta obteve anuência de todos.

Ordem de Trabalhos	
10H15	Chegada ao Ponto de encontro: Ponte Edgar Cardoso –margem direita
10H30 - 13H00	Visita à Obra
13H00 - 14H30	Almoço
14H30 - 16H30	Reunião da CAA, nas instalações da Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães

Agenda

Aprovação da acta da 1ª reunião da CAA
Discussão e Aprovação do 1º RQAA
Outros Assuntos

1. Aprovação da ata da 1ª Reunião da CAA

Paulo Gomes referiu que a primeira versão da ata foi disponibilizada a 27 de Maio, e que a última versão foi divulgada no dia 20 de Setembro, com os comentários do INAG, da APA e do ICNB. Colocou à consideração de todos para eventuais comentários e correções.

Teresa Ferreira referiu que não esteve presente na reunião anterior, e confirmou que o Eng.º Paulo Machado, representante do INAG, na 1ª Reunião, não estava de acordo com a redação da sua intervenção, constante da pág. 5 da ata da 1ª reunião, relacionada com o Art.º 8º do Regulamento Interno da CAA.

Paulo Gomes, quanto a este assunto, referiu que a CCDR, enquanto entidade que preside à CAA, em nome de várias entidades, deve prever situações impeditivas ao bom funcionamento desta. O contributo da EDPP para o apoio técnico da CAA, garantirá a afetação de recursos humanos que garantam o seu bom funcionamento. Foram introduzidas na ata, as alterações apresentadas pela representante do INAG, após o que teve o acordo de todos e passou a ser assinada pelos membros presentes, tendo sido aceite o Regulamento Interno, que dela constitui parte integrante

2. Aprovação Discussão do 1º RQAA

Paulo Gomes informou que se pronunciaram por escrito sobre o RQAA1 o ICNB, ARHN, LNEG e a CCDRN. A APA, informa que não foi possível emitir parecer, tendo em conta o prazo de análise e o facto de não estarem ainda definidas as suas competências no âmbito do acompanhamento ambiental da obra. Não se pronunciaram as restantes entidades.

Salientou, que de uma forma geral, os pareceres emitidos são favoráveis.

Freitas da Costa apresentou o ponto de situação do progresso da obra, com a seguinte ordem de assuntos:

Ponto de situação: em curso a montagem dos estaleiros sociais e industriais, a escavação do acesso da margem direita à zona da barragem, a escavação da plataforma exterior da central e subestação e os trabalhos de escavação do canal de jusante; iniciada a escavação dos túneis de acesso à central (cerca de 20 metros) e do túnel da derivação provisória (emboquilhamento boca de jusante);

Objetivos e Condicionamentos: previa-se o início da escavação do encontro da margem esquerda da barragem em Setembro de 2011, mas esta atividade está condicionada pela autorização do acesso provisório a partir da EN214, em análise pela APA.

O desvio da EN 212, que contornará o estaleiro perifericamente, está condicionado pela obtenção da licença de abate de sobreiros e azinheiras na zona de estaleiros, a emitir pela AFN após a publicação da DIUP do AHFT em Diário da República.

Prevê-se que em Janeiro de 2012 o túnel de desvio provisório esteja concluído.

Genericamente a obra está um pouco atrasada em relação ao plano de trabalhos, podendo contudo o atraso ser recuperado.

Nuno Brito Jorge introduziu as questões ambientais e as limitações sentidas nos trabalhos à parte da empreitada principal. Assim considera que, de acordo com o cronograma actual, as datas acordadas para entrega dos RQAA – Abril, Agosto e Dezembro - não são as mais adequadas, uma vez que, por um lado, incluem um número variável de ciclos ecológicos e, por outro, coincidem com períodos preferenciais de férias. A 14 de Janeiro de 2012 está prevista a entrega dos documentos referentes ao último aditamento ao RECAPE. Para além do exposto, no final de cada ano é necessário entregar o Relatório Anual que coincide com o Relatório de campanha de Dezembro. Considera que o período de 4 meses pode não significar uma evolução significativa dos trabalhos, constituindo um trabalho acrescido para as entidades que analisam os Relatórios, além de que é uma periodicidade que não coincide com as épocas amostradas nos trabalhos de ecologia. Propõe assim um ajustamento ao cronograma de modo a que os Relatórios passem a ser semestrais, com datas de entrega em Maio (correspondente ao Outono e Inverno) e Novembro (correspondente Primavera e Verão), com dois relatórios intercalares, nos meses de Agosto e Fevereiro.

	2011												2012												2013		
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar			
Épocas de amostragem	PRIMAVERA			VERÃO			OUTONO			INVERNO			PRIMAVERA			VERÃO			OUTONO			INVERNO					
Períodos Reportados	SEMESTRE 1 - Prim/Ver						SEMESTRE 2 - Out/Inv						SEMESTRE 3 - Prim/Ver						SEMESTRE 4 - Out/Inv								
Relatórios Acomp Ambiental							RSAA 1									RSAA 2			RSAA 3								
Boletins Intercalares:							RSAA 1			BI Out 2011			RSAA 2			BI Pri 2012			RSAA 3			BI Out 2012					

Freitas da Costa sugeriu também que as Reuniões da CAA se conjugassem com a entrega dos Relatórios.

Carla Marisa Quaresma referiu não haver inconvenientes. Recomendou, contudo, que deveria haver um acompanhamento directo da obra, com mais regularidade, por parte da equipa de coordenação ambiental/accompanhamento ecológico, porque na eventualidade de existirem áreas afectadas com necessidade urgente de intervenção, estas deveriam ser identificadas tão cedo quanto possível.

Nuno Brito Jorge propôs que os relatórios mensais de acompanhamento fossem entregues trimestralmente ou então disponibilizados na plataforma ACONEX, com notificação para o endereço de correio eletrónico.

David Ferreira concordou com a proposta, pois os relatórios quadrimestrais não trazem grande novidade e existem bons canais de comunicação que permitem o adequado acompanhamento da obra. Contudo, sugeriu reuniões sectoriais mais frequentes.

Luís Pereira informou que quanto à arqueologia, o IGESPAR é sempre informado mensalmente, e que também não vê inconvenientes no método proposto.

Filinto Girão concorda com a proposta em relação aos relatórios, devendo manter-se as reuniões quadrimestrais

Teresa Ferreira concordou com os Relatórios Semestrais, devendo, no entanto, manter-se as visitas à obra com periodicidade trimestral.

Paulo Gomes informou que no AH do Baixo Sabor tem sido prática efetuar reuniões e visitas à obra semestrais, nada impedindo que, por razões de natureza específica, se realizem visitas extraordinárias. Manifestou o seu acordo à proposta da EDP.

Cecília Simões referiu que quanto à proposta da EDP, nada tem a opor.

Paulo Gomes considera que os relatórios semestrais podem ter a virtuosidade de incorporar os resultados das visitas à obra e de reuniões intermédias eventualmente realizadas, obviando a eventuais pareceres negativos e às implicações que poderiam advir para o normal desenvolvimento dos trabalhos. Propõe que os relatórios intermédios sejam muito sucintos, podendo constituir-se como filtros para os relatórios semestrais e como forma de manter a CAA informada, com periodicidade trimestral. Ficou assim acordado que os relatórios passarão a ser semestrais, com relatórios sucintos intercalares, de periodicidade trimestral

Carla Quaresma concordou, referindo que os relatórios intercalares, concretamente em relação à componente flora e vegetação, deverão incluir os relatórios mensais de atividade da equipa de coordenação ambiental/accompanhamento ecológico.

Luís Pereira referiu que quanto ao património, não são necessários relatórios Trimestrais, pois com o acompanhamento existente os Relatório Semestrais serão suficientes.

Nuno Brito Jorge propôs um índice base dos relatórios intercalares definido por um ponto de situação, os relatórios de acompanhamento da obra e solicitações de esclarecimento por parte da CAA.

Brito Jorge retomou a apresentação sobre a matéria de ambiente, relativamente à mobilidade. De acordo com o 2º Aditamento ao RECAPE (Março de 2011), é necessário apresentar um Estudo Prévio de mobilidade a jusante da barragem e um Projecto de mobilidade turística. O parecer solicita uma melhor abordagem com entrega de Projecto de execução de mobilidade até 1 ano após licenciamento e uma avaliação de impacto ambiental a jusante da barragem. Propõe o desenvolvimento dos estudos dos cais de embarque de forma que o nível de desenvolvimento de ambos os segmentos do projeto (jusante e montante da barragem) seja o do estudo prévio, sendo a avaliação de impacte, concretamente no troço relativo ao funicular, entregue conjuntamente com ambos os estudos prévios.

Paulo Gomes recorda uma reunião realizada na CCDRN, com a participação da EDP e do ICNB, na qual já se tinha acordado que a avaliação de impactes na zona sensível da margem esquerda a jusante do corpo da barragem, se efectuará com

base no estudo prévio, mas com o detalhe suficiente, para avaliar as interferências com a área a proteger, após o que se poderia avançar para uma fase de projecto de execução. Dada a importância do assunto, propõe que se realize uma reunião, com visita ao local, entre a CCDRN, a EDP e o ICNB e Municípios.

José Luis Correia manifestou a sua preocupação sobre o baixo grau de desenvolvimento do projecto de mobilidade, bem como dos fundos, também comunitários, necessários, receando que não venha a concretizar-se.

Paulo Gomes referiu a necessidade de dotar a SADRVT de recursos necessários para que se elabore um plano de actividades, uma vez que se trata de um parceiro fundamental para o modelo de gestão do projecto de mobilidade.

Freitas da Costa referiu que dada a importância da infra-estrutura e do programa de mobilidade, a EDP está disposta a avançar para o projecto de execução após a entrada em funções da SADRVT, de modo a que todos os interlocutores, que assinaram o Protocolo de Intenções e Compromissos, possam dialogar conjuntamente e ponderar todos as questões relativas à execução e à gestão, garantindo a necessária sustentabilidade do projecto de mobilidade.

Paulo Gomes mencionou ter acompanhado de muito perto o Projecto de Mobilidade. O ICNB já anteriormente havia manifestado preocupação no que respeita à afetação adicional, pelo projeto de mobilidade turística, de áreas e valores naturais relevantes no troço terminal do Tua, que se pretendem preservar. É necessário analisar o projecto do ponto de vista do ICNB (sistemas ecológicos) e propor uma solução que seja aprovada por todos.

Carla Quaresma concordou e confirmou que a margem esquerda do setor inferior do vale do Tua é considerada de grande sensibilidade ecológica sendo que no âmbito da solução de mobilidade turística em estudo para o troço entre a Estação de Foz Tua e a Barragem do AHFT, o troço que suscita preocupação corresponde ao troço entre a Ponte/Túnel das Presas e o corpo da Barragem (sensivelmente todo o troço a montante da Ponte rodoviária Edgar Cardoso).

Nuno Brito Jorge solicitou esclarecimento sobre a entidade a quem deverá submeter as alterações do projecto assim como, os documentos relacionados com as MC.

Rui Fonseca esclareceu que as alterações ao projecto e que se relacionam com a aprovação do RECAPE (em sede de CA) devem oficialmente ser remetidas à Autoridade AIA (AAIA), independentemente de poderem ser apresentadas e discutidas, informalmente, com as entidades com competência específica.

Cecília Simões confirmou que documentos que resultem do RECAPE devem ser formalmente remetidos à AAIA.

Arménio Carvalho Ribeiro questionou se toda esta informação se encontra disponível na plataforma ACONEX.

Cecília Simões confirmou que os documentos relacionados com o procedimento de AIA estão disponíveis na plataforma CIRCA, disponibilizada pela APA. Os documentos disponibilizados na plataforma ACONEX são apenas os que se relacionam com a actividade da presente CAA.

Nuno Brito Jorge, em relação ao Núcleo Museológico, referiu que os contactos com a REFER estão a ser realizados e há boas expectativas de disponibilização, do armazém da estação ferroviária de Foz Tua, devendo o projecto ser apresentado para aprovação da DRCN. Quanto à MC relativa ao incremento da conectividade fluvial e piscícola no Douro médio e inferior, foi entregue uma proposta de metodologia, e em Fevereiro de 2012 prevê-se o início das monitorizações.

Paulo Gomes solicitou comentários ao parecer da CAA ao 1º RQAA.

Teresa Ferreira concorda na generalidade com o 1º RQAA, referindo que aguarda parecer interno do INAG sobre o programa de monitorização.

Paulo Gomes referiu que, formalmente, fica validado o 1º RQAA. Os pareceres ainda em elaboração deverão posteriormente ser remetidos ao promotor, para que sejam tidos em conta.

David Ferreira não emitiu parecer por não ter tido acesso ao 1º RQAA, devido a motivos internos, comprometendo-se a enviar o parecer, logo que possível.

António Afonso mencionou não estarem instalados os equipamentos de reencaminhamento de águas residuais e pediu esclarecimento sobre o destino que presentemente está a ser dado às águas. Deveriam estar a ser transportados para a

ETAR de Alijó. Referiu não ter conhecimento de qualquer documento referente a licenças de captação de água, bem como dos volumes de que devem ser objecto de reporte. Sobre o derramamento de substâncias, verificou haver uma aparente contradição, uma vez que é referido não ter havido derramamentos e posteriormente, que todos os derramamentos foram resolvidos adequadamente. Da visita à obra da parte da manhã e visto estar próximo o Inverno, recomendou a implementação de medidas para minimizar o arrastamento de sedimentos, nomeadamente, a aplicação de mantas geotêxteis. Alertou por fim para a importância de se proceder à monitorização dos sistemas hidrominerais das Caldas de Carlão.

Carla Quaresma salientou o início tardio do acompanhamento ecológico direto dos trabalhos, em áreas de elevada sensibilidade. Outra questão crítica identificada prende-se com a pretensão de executar um acesso provisório na margem esquerda, para acesso ao coroamento, que não está descrita nem fundamentada no 1º RQAA e configura uma alteração ao projeto que necessita aprovação. Referiu ainda algumas não conformidades no âmbito do acompanhamento ambiental.

Nuno Brito Jorge, em relação à questão colocada relativa às águas residuais produzidas esclareceu que têm sido recolhidas por um operador da câmara municipal. Propõe-se esclarecer a questão dos reportes das captações de água efectuadas.

Referiu que as medidas de minimização já estão a ser implementadas e que a EDP tem todo o interesse no início da monitorização dos sistemas hidrominerais, estando pendentes das necessárias autorizações dos proprietários, cujas negociações estão em curso. Quanto aos planos de monitorização (PM) dos sistemas ecológicos, considerou mais adequada a metodologia que passa por concluir os estudos complementares que decorrem do RECAPE, após o que se fará uma revisão aos PM.

Paulo Gomes propõe a validação do Parecer final da CAA, ficando salvaguardadas todas as recomendações e comentários, dos pareceres sectoriais anexos, que dele fazem parte integrante. Não tendo havido mais intervenções foi validado o Parecer da CAA ao 1º RQAA.

3. Outros Assuntos

Freitas da Costa, salienta que a EDP está a fazer todos os possíveis para cumprir o plano de trabalhos da obra. Ciente quanto à sensibilidade ambiental da margem esquerda, fez notar que, atendendo às características da encosta da margem esquerda, o acesso provisório proposto, a abrir de cima para baixo, de acordo com as boas normas de execução deste tipo de trabalhos, constitui a única possibilidade de aceder ao encontro esquerdo da barragem em condições de segurança. Referiu que outra hipótese de construir o acesso acarreta riscos de acidentes incomportáveis para todas as partes envolvidas.

Carla Quaresma referiu que deve haver uma justificação mais detalhada da necessidade absoluta de execução do acesso e ser apresentada a avaliação ambiental (sistemas ecológicos/flora e vegetação) respetiva.

Paulo Gomes deu nota que o acesso em causa não configura uma alteração à DIA e alerta para o facto de estar suportado por razões de segurança. Propõe que se realize uma reunião específica sobre este assunto, assim que sejam apresentadas, pela EDP, maior detalhe e reforço da fundamentação da necessidade de realização do acesso em análise.

Freitas da Costa salientou o facto de ser um acesso provisório, que será objeto de uma intervenção de recuperação e integração paisagista, nos termos definidos no respetivo processo de licenciamento, logo que deixe de ser necessário.

Paulo Gomes sugeriu uma visita ao local entre o ICNB e a EDP, para um melhor esclarecimento da viabilidade de outras alternativas.

José Luís Correia agradeceu a presença de todos, na expectativa de que todos os presentes terem sido bem recebidos nas instalações da Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães. Referiu ainda que os Municípios deveriam estar presentes na reunião relativa ao acesso na margem. Referiu de novo a sua preocupação em relação ao aparente esquecimento a que está votado o projecto de mobilidade, uma vez que não regista qualquer desenvolvimento.

Paulo Gomes reforçou que a intervenção na margem esquerda, pela necessidade de executar um acesso provisório não contraria as determinações da DIA. Naturalmente

que um pedido de alteração à DIA constitui uma prerrogativa dos Municípios, em sede própria.

Paula Pinto salientou a necessidade de constar na justificação a ser elaborada pela EDP, que não se trata de uma alteração à DIA.

Fernando Barros mostrou a sua compreensão face ao acesso da margem esquerda e apelou ao bom senso. Quanto à Agência informou que não houve desenvolvimentos uma vez que não está resolvida a questão do fundo financeiro necessário ao seu funcionamento. Evidenciou de novo a sua preocupação em relação ao projeto de mobilidade e em particular com o funicular e é de opinião que o projecto da mobilidade é indissociável do projecto do próprio AHFT.

Paulo Gomes sugeriu que o agendamento da reunião para esclarecimento das questões de mobilidade deverá ser tão breve quanto possível, e salientou que o projecto de mobilidade deverá ser desenvolvido em conjunto com a participação das Autarquias. Deu nota de que é necessário dar tempo ao tempo, referindo que se trata de matéria a ser analisada ao nível do Governo.

Finalmente ficou acordado que:

- O Primeiro Relatório Semestral de Acompanhamento Ambiental (RSAAI) deverá ser disponibilizado até 30 de Novembro, para aprovação na reunião, para o final de Janeiro de 2012, em Alijó.
- O 2º Relatório Semestral de Acompanhamento Ambiental (RSAA) deverá ser disponibilizado até 31 Maio de 2012, com o Relatório Intercalar previsto para o final de Fevereiro de 2012.

Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta.

Carrazeda de Ansiães, 27 de Setembro de 2011

**Aproveitamento Hidroelétrico de Foz do Tua
(AHFT)**

Comissão de Acompanhamento Ambiental - CAA

Ata

3º Reunião	<i>Local:</i> Câmara Municipal de Alijó	<i>Data:</i> 14 de Fevereiro de 2012
-------------------	--	---

Presenças	
CCDR-N	Paulo Gomes / Paula Pinto / Rui Fonseca / Maria João Pessoa / José Freire
APA	Justificou ausência
ARH-N	António Afonso
DRCN	David Ferreira
EMD	Filinto Girão
ICNB	Carla Marisa Quaresma
IGESPAR	Luís Pereira
INAG	Teresa Ferreira
LNEG	Paulo Hagerdorn Alves
MUNICÍPIOS	Fernando Barros (Rep. Municípios) / Adérito Figueira (Vice-Presidente CM Murça)
SADRVT	José Cascarejo (Presidente da CM Alijó)
CPADA	- Não nomeado
EDPP	António Freitas da Costa / Nuno Portal / Nuno Brito Jorge / António Vallejo Paes / Paulo Figueira / Liliana Benites

Paulo Gomes - na qualidade de Coordenador da CAA, abriu a reunião e agradeceu a presença dos membros da CAA. Informou que o representante da APA justificou a sua ausência e colocou à consideração a Ordem de Trabalhos.

A Ordem de trabalhos proposta obteve anuência de todos e é a seguinte.

10H00	Encontro no estaleiro e entrega de EPI's
10H15	Deslocação a pé ao miradouro da EN212 próximo do estaleiro, para vista dos trabalhos na zona da barragem e margem esquerda
11H00	Regresso ao estaleiro para levantamento de viaturas
11H15	Deslocação até à ponte rodoviária para visita das obras a jusante: central, túnel acesso à central e canal de jusante. Deslocação à zona, na EN212, sobre os trabalhos na margem esquerda, para observação do encontro sobre a margem esquerda do projetado escalão do AHFT
12H00	Regresso aos estaleiros para devolução EPI's
12H15	Partida para Alijó
12H30/14H00	Almoço
14H00/15H30	Reunião da CAA (Câmara Municipal de Alijó) Agenda: 1 – Aprovação da Ata da 2ª Reunião; 2 – Validação / Aprovação do RSAA I; 3 – Outros



1. Aprovação da ata da 2ª Reunião da CAA

Paulo Gomes referiu que a primeira versão da ata foi disponibilizada a 13 de Dezembro de 2011, e que a última versão foi divulgada no dia 9 de Fevereiro, com os comentários dos representantes do ICNB, da Câmara Municipal de Vila Flor, INAG e da EDP. Colocou à consideração de todos para eventuais comentários e correções. Não havendo comentários, a ata da 2ª Reunião da CAA foi aprovada posta a circular e assinada pelos presentes.

Informou que foi nomeado, como representante dos Municípios o Eng.º Fernando Barros e como representante da Sociedade de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (SADRVT), o Dr. José Cascarejo, Presidente da Câmara Municipal de Alijó.

2. Aprovação Discussão do 1º RSAA

Paulo Gomes informou que se pronunciaram por escrito sobre o RSAA 1 o LNEG, a DRCN, o ICNB, o INAG e a CCDRN. Passou a palavra à EDPP para um breve ponto de situação da obra e descrição dos principais aspetos do Relatório.

António Freitas da Costa apresentou o ponto de situação do progresso da obra, com a seguinte ordem de assuntos:

Obra:

a) estaleiros - encontram-se em construção os *blondins* e o desvio da EN212, e continuam as escavações da plataforma da central principal de fabrico de betão; b) central - reiniciaram as escavações de acordo com o novo projeto, que será objeto de apresentação pública a 28 de Fevereiro, nas instalações da EDP, no Porto, tendo convidado todos os presentes; c) túnel de acesso à central - prosseguem os trabalhos de escavação (87% escavado); d) derivação provisória do rio – o túnel está escavado e foram iniciados os betões nas bocas de entrada e de saída; e) barragem – decorrem as escavações no encontro direito e estão suspensos os trabalhos de escavação no encontro da margem esquerda; f) canal de jusante – uma faixa do canal adjacente à margem direita foi aterrada, para início do reperfilamento do fundo.

Aspetos Ambientais:

Mobilidade: O projeto dos cais de embarque na albufeira está em desenvolvimento. Prevê-se o aproveitamento dos edifícios existentes nas estações da Brunheda e São Lourenço. Foi entregue em Novembro de 2011 a Avaliação Ambiental do Projeto de Mobilidade referente ao funicular.

Núcleo de Memória do Vale do Tua: Está em fase de estudo prévio e encontra-se a ser revisto a pedido da DRCN. Não se efetuará a ampliação do edifício existente já cedido pela REFER encontrando-se, ainda, em negociação o protocolo de cedência.

Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (SADRVT): a EDPP considera que a SADRVT é o motor dos programas de mobilidade e de criação de Autoemprego. As Autarquias e o ICNB chegaram a princípio de acordo relativamente à repartição do Fundo para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (FCNB). Foi nomeado o Conselho Diretivo e a Mesa de Assembleia-geral da SADRVT e foi constituído o fundo financeiro da Agência, correspondente a 1,5M€.

Autoemprego: Já foi adjudicado o trabalho para 2012, com duração total de 8 anos, estando prevista a participação efetiva das autarquias.

Outros Assuntos: A 2ª fase da conectividade do Douro inicia-se em Março. O Plano de Monitorização dos Recursos Hidrominerais já se encontra adjudicado. Quanto ao Programa de Monitorização do Clima (PM09) os terrenos para instalação das Estações de Monitorização do Clima (EMA's) estão em fase de negociação.

Paulo Alves questionou qual o desenvolvimento do programa de monitorização em Caldas de Carlão.

Paulo Figueira informou que ainda não foi possível obter autorização para aceder às instalações, estando em curso negociações nesse sentido com os proprietários, que teriam grandes expectativas de compensações devidas ao AHFT mas que, sendo a opção de NPA pela cota que menos afetações poderá induzir (170m), tal não deverá ocorrer.

Sobre o Plano de Ordenamento da Albufeira de Foz Tua (POAFT) informou que já foi adjudicado e que a sua aprovação e publicação durará cerca de 15 meses.

Paulo Gomes solicitou mais comentários aos membros da CAA e não havendo nada mais a referir, colocou à consideração dos presentes, uma proposta de metodologia que vem da experiência já obtida no AH do Baixo Sabor. Assim, propôs uma matriz de recomendações resumida, que o secretariado técnico acompanhará, solicitando à EDP pontos de situação face às recomendações de forma a serem tomadas iniciativas em tempo oportuno. Na primeira semana de cada mês, a EDP enviará o ponto de situação atualizado do seguimento dado às recomendações. Passou de seguida a palavra aos comissários.

Fernando Barros solicitou que a exposição realizada pela EDPP fosse disponibilizada para melhor compreensão das várias frentes de obra e para poder dar conhecimento aos restantes membros da Associação de Municípios. Solicitou também o envio do estudo prévio dos cais de embarque.

Paulo Gomes, tendo conhecimento do acordo entre o ICNB e os municípios, questionou sobre eventuais alterações ao documento já enviado.

Fernando Barros esclareceu que o documento sofreu ligeiras alterações. Foram contemplados 75% do total de 3% do valor líquido anual médio de produção, ou seja, da receita anual do empreendimento (medida de compensação nº 13 da DIA). Julga que os restantes 25% foram disponibilizados para projetos nacionais, carecendo esta informação de confirmação.

António Freitas da Costa referiu não haver mais informações a transmitir e confirmou os valores mencionados pelo Eng.º Fernando Barros.

Adérito Figueira transmitiu as preocupações do Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede devido aos caminhos de apoio à agricultura que estão a ser afetados pela obra. Transmitiu também a sua preocupação face à segurança da obra, nomeadamente, na EN212, tendo em conta os acontecimentos recentes. Regista ainda o facto de os trabalhos não serem interrompidos, mesmo quando há passagem de veículos; considera que a situação é dramática, o que foi constatado, durante a visita efetuada durante a manhã, pela sensação de desconforto sentida na passagem pela EN212, no local das obras. Solicitou também, a apresentação efetuada pela EDPP.

Carla Marisa referiu não ter informação sobre o acordo efetuado com o ICNB relativo ao FCNB. Em relação ao RSAA1 informou que de uma forma geral as advertências foram respondidas havendo, contudo, alguns aspetos ainda a esclarecer, como por exemplo a descrição e quantificação das áreas sensíveis afetadas pelas intervenções e o grau de cumprimento assegurado em obra das medidas e recomendações da Coordenação e Integração Ambiental (CIA). Concordou com a proposta da metodologia da matriz das recomendações e transmitiu a sua satisfação face ao acompanhamento ecológico agora assegurado pela CIA. Recomendou o reforço das medidas de minimização relativas aos escombros e resvalamentos, das medidas cautelares a assegurar no âmbito das intervenções de escavação do leito do rio Tua, e do acompanhamento técnico especializado (Flora e vegetação) nas frentes de obra ativas.

David Ferreira referiu que o parecer emitido pela DRCN é mais do que um parecer ao RSAA1 pois apresenta um ponto de situação relativo ao património cultural. Informou que as medidas têm sido cumpridas.

Luis Pereira referiu não haver grandes questões uma vez que o património afetado, à exceção das gravuras a jusante, é escasso. O acompanhamento arqueológico decorre normalmente havendo a possibilidade de presença em campo de um antropólogo.

David Ferreira informou que a Medida Compensatória referente ao Núcleo Museológico está a ser acompanhada pela DRCN e solicitou um esforço de contenção na infraestrutura, tendo em vista a sustentabilidade na manutenção. Considera que se aproxima a fase de tomada de decisões e que a SADRVT tem que entrar em ação, pois o modelo de gestão será da sua responsabilidade, devidamente articulado com a DRCN. Informou que o Estudo Histórico é muito importante uma vez que não existem muitos estudos desta natureza a nível nacional.

Paulo Gomes solicitou esclarecimento quanto aos termos de referência do Estudo.

David Ferreira informou que o programa metodológico tem muito potencial para a realização do Estudo e que posteriormente será comunicado à CAA. Nos próximos meses irão terminar a identificação do património a intervir e em que moldes.

Luís Pereira deu nota da descoberta, pelos arqueólogos que acompanham a obra, de um lagar de azeite com as peças *in situ*, em bom estado de preservação, no local onde ia ser construído um acesso entretanto desviado. Considera que a descoberta constitui uma boa oportunidade de valorização.

Teresa Ferreira referiu nada teve a comentar pois considerou que as medidas estão a ser implementadas.

António Afonso chamou a atenção para as águas pluviais e medidas de retenção de sedimentos e questionou a situação das águas residuais, o seu armazenamento e posterior transporte para a ETAR.

Paulo Alves referiu que o seu parecer é favorável. Transmitiu a sua satisfação face à existência de uma intenção de inventário do património mineiro na região, como é o caso de explorações abandonadas de estanho e volfrâmio. Sobre a monitorização dos recursos hidrominerais, ainda em resolução, fica a aguardar desenvolvimentos. Registou o facto positivo da qualidade dos responsáveis técnicos, quer da EDP, quer dos concessionários. Quanto à segurança dos trabalhos em taludes e encostas acentuadas, espera que as condições de segurança evoluam positivamente.

Filinto Girão, quanto ao programa de mobilidade considerou que, além da multimodalidade do segmento turístico, é preciso acautelar e garantir que as populações locais fiquem servidas por um sistema de transporte com nível de serviço, frequência e qualidade em tudo equivalente ao sistema por caminho-de-ferro que sempre tiveram, tal como determinado na DIA; quanto ao autoemprego que é necessário que a população da região do Vale do Tua colha benefícios concretos, que seja incentivada e apoiada e que se lhe proporcione realmente condições efetivas à implementação de iniciativas e concretização de projetos; finalmente afirmou uma forte expectativa em relação ao novo projeto que está a ser desenvolvido para e edificado dos órgãos do aproveitamento hidroelétrico, central de comando, subestação, posto de corte e arranque da ligação à rede de transporte de energia.

Paulo Gomes referiu que há possibilidade de uma candidatura ao QREN para a recuperação do troço ferroviário Brunheda-Cachão pois envolve um grande investimento com capacidade para criação de emprego local. Referiu que em

relação aos fundos POVT, há necessidade de garantir os 40% dos fundos na região Norte, e que atualmente está na ordem dos 25%. É necessário que este projeto esteja avançado para dar forma à candidatura, estando a CCDRN disponível para prestar todo o apoio à SADVART.

Fernando Barros considerou ser importante a concertação entre todos para se definirem as ações necessárias a garantir a candidatura e quais os atores que as devem implementar.

Paulo Gomes esclareceu que se trata claramente de um projeto da SADRV, sendo que a componente relativa ao projeto de execução é elegível, para o que é necessário e urgente definir os respetivos termos de referência. O projeto deve destinar-se a garantir as condições de segurança no troço entre a Brunheda e Mirandela, integrando a solução multimodal prevista pela EDPP.

Carla Marisa esclareceu que a avaliação ambiental relativa aos sistemas ecológicos apresentada pela EDP, incide apenas sobre o funicular. Informou que o relatório aponta para a compatibilidade das intervenções com a salvaguarda das comunidades florísticas ocorrentes, a qual depende, contudo, da implementação das medidas de minimização e demais recomendações identificadas. Questionou se as medidas apresentadas serão executáveis na fase de execução e alertou para a necessidade da sua inclusão nos projetos de execução entre Foz Tua e a Barragem. Relativamente ao Túnel das Presas o estudo aponta para a incompatibilidade da medida compensatória (quirópteros) com a reativação da linha férrea. Atendendo a que o túnel é o único abrigo de quirópteros conhecido na proximidade imediata do AHFT (que não será submerso), considerou ser necessário o aprofundamento detalhado da medida e do projeto.

Paulo Gomes referiu que a passagem de composições no túnel, no âmbito do projeto de mobilidade terá uma frequência reduzida, o que pode minimizar eventuais efeitos sobre os quirópteros, sendo importante encontrar uma solução compatível com as preocupações do ICNB.

António Freitas da Costa referiu que será disponibilizada a apresentação para anexo à presente ata. Relativamente ao Projeto de mobilidade, informou que a EDP está interessada em avançar com o projeto que se encontra em fase de estudo prévio. A

SADRVT é incontornável na dinamização deste projeto. A EDP está disponível para assumir os seus compromissos e referiu que o funicular, ao nível do estudo prévio é compatível com os valores naturais mas que a obra não será totalmente isenta de impactes.

O projeto necessita de sinais de sustentabilidade para ser credível e pode ser objeto de apoio de fundos comunitários. Há ainda muita margem de detalhe e desenvolvimento.

Carla Marisa questionou se os locais dos embarcadouros inicialmente previstos se mantêm.

António Freitas da Costa informou haver uma ligeira alteração em Amieiro para facilitar a acessibilidade à povoação.

Adérito Figueira considerou que há situações perigosas bem previsíveis, como a estrada EN 212 que insiste considerar não ter reunidas condições de segurança.

António Freitas da Costa referiu que a escavação confinante com a EN212 é segura pois existe uma estrutura de contenção e que no momento das pegas de fogo o tráfego é interrompido. Relativamente aos acidentes ocorridos, referiu que o acidente de 26.01.2012 resultou de um desprendimento súbito de um talude num acesso provisório de obra e que o acidente de 08.02.2012 resultou do desprendimento de um bloco de pedra, na sequência de uma pega de fogo, que caiu desde a zona de estaleiro até ao fundo do vale, no acesso na margem direita, projetando-se sobre trabalhadores que no momento, se encontravam na margem esquerda, o que configura uma situação invulgar. As medidas agora implementadas garantem que qualquer pega de fogo à superfície implique a paragem e evacuação de todos os trabalhadores. Solicitou a melhor colaboração das entidades, designadamente, do ICNB, para a necessidade de se fazer o acesso na margem esquerda, em boas condições de segurança. É necessário um trabalho de planeamento, tendo em conta a nova situação. Informou que de momento decorrem inspeções realizadas por alpinistas especializados em soluções de contenção de encostas, o que implica atrasos no desenvolvimento dos trabalhos.

Quanto às águas residuais, todas são transportadas para a ETAR de Alijó e a EDPP aguarda resultado da análise efetuada para saber se é possível fazer a descarga no

rio. Até lá, continuam a ser enviadas para a ETAR. Reconheceu que as águas pluviais são um fator a ter em conta na estabilidade dos maciços.

Sobre o autoemprego referiu que o processo está no início, sendo que os resultados só ocorrerão no final de 1 ano, fase em que se poderão criar oportunidades de negócio.

Fernando Barros deu nota dos desenvolvimentos recentes do programa de auto emprego e informou que em Abril/Maio serão realizados *workshops* para apresentação.

Paulo Gomes referiu que no QREN há um incentivo colossal na reabilitação urbana mas há défice na criação de *empowerment* o que dificulta um todo mais coerente. Considerou que seria necessário fazer um estudo sobre todas as intervenções existentes no âmbito dos vários programas de apoio comunitário, de modo a focalizar as dinâmicas a favor do empreendedorismo, e aumentar o capital útil de iniciativas que possam estar em estado embrionário na região.

Freitas da Costa, sobre os caminhos agrícolas na freguesia de S. Mamede referiu que a EDPP está disponível para resolver todas as questões que venham a ser colocadas, através de contacto direto com o Eng.º Vallejo Paes.

Adérito Figueira comunicou que o Presidente da Junta de S. Mamede foi informado de que os caminhos tinham sido expropriados.

José Freire salientou a importância da publicitação, de forma clara, dos canais de comunicação, de modo a evitar situações como são o caso dos acessos agrícolas.

António Freitas da Costa informou que é intenção da EDPP melhorar os canais e comunicação.

A reunião prosseguiu com a distribuição da proposta de parecer da CAA sobre o RSSA1, cujas conclusões foram lidas pela Dr.ª Paula Pinto.

Paulo Gomes recordou que a candidatura do sistema multimodal de transporte deverá ser apresentada no 1º semestre de 2012, pelo que é necessário proceder a uma inventariação de todas as componentes do projeto para uma primeira sinalização junto do POVT.

Fernando Barros salientou que a SADRVT está apenas agora a ser criada registando um défice de capacidade de resposta, pelo que é importante a ação dos parceiros EDPP e CCDRN.

Paulo Gomes referiu ainda que é importante que o projeto sistema multimodal de transporte inclua o modelo de gestão, que deve fazer parte integrante do processo de candidatura.

Fernando Barros referiu o empenhamento que será transmitido aos restantes autarcas para que se promovam as ações necessárias para a candidatura. Salientou também que em fase oportuna as autarquias desenvolveram ações no sentido de garantir o protocolo com o ICNB, sem o qual não teria sido possível ter nesta data já constituídos os órgãos diretivos da SADRVT (o Conselho de Administração e a Assembleia Geral).

António Freitas da Costa salientou que a SADRVT precisa da ação dos municípios.

Paulo Gomes referiu que é tempo de imprimir pragmatismo na concretização do projeto.

Carla Marisa recordou que o desenvolvimento dos projetos na zona (incluído o da linha Brunheda-Cachão) deve ter em conta a necessidade de integração das medidas compensatórias e minimizadoras relativas aos sistemas ecológicos previstas no âmbito do AHFT. Relativamente ao acesso provisório pela margem esquerda esclareceu que o mesmo havia já sido atempadamente aprovado pelo ICNB atendendo nomeadamente às questões de segurança identificadas.

Nuno Brito Jorge propôs uma atualização trimestral do ponto de situação do cumprimento da DIA, como no Baixo Sabor.

Paulo Gomes contrapôs dizendo que o relato mensal é positivo e deve ser em registo telegráfico de modo a que os membros da CAA tenham um conhecimento mais frequente das ações levadas a cabo. É apenas um reporte de cumprimento das medidas, que se prende com as recomendações em aberto, ainda não resolvidas. Uma vez partilhada e acordada a matriz, deverão os pareceres ser remetidos previamente para que se possa proceder à respetiva atualização.

Passou a palavra ao Arq. Filinto Girão para informar sobre o relatório da UNESCO.

Filinto Girão informou que o relatório foi entregue em finais de Outubro, destinado a uma avaliação do projeto do AHFT. A resposta, após várias iterações, foi entregue em mão, ao Diretor do Centro do Património Mundial, em Paris, na semana passada. Neste momento, aguarda-se reação da UNESCO. Refere que pode haver necessidade de uma nova missão da UNESCO. O relatório do ICOMOS é público, mas a resposta não é pública. Está a ser elaborada a declaração de Valor Universal Excecional do Bem. O assunto é delicado e foi objeto de trabalho que teve colaboração da APA, INAG, DRCN, CCDR (DSA, DSOT e EMD) coordenado pelo Eng.º Ricardo Magalhães em articulação com a Delegação Nacional da UNESCO.

Paulo Gomes deu nota da calendarização dos próximos trabalhos, ficando acordado que:

- Relatório Intercalar a entregar no final de Fevereiro de 2012;
- RSAA II a entregar a 25 de Maio de 2012;
- Envio dos Pareceres Setoriais até 22 de Junho de 2012;
- Próxima Reunião 4ª CAA AHFT, a **28 de Junho de 2012, em Carrazeda de Ansiães.**

Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata.

Alijó, 14 de Fevereiro de 2012

Aproveitamento Hidroelétrico de Foz do Tua - AHFT
Comissão de Acompanhamento Ambiental - CAA

Ata

4ª Reunião	<i>Local:</i> Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães	<i>Data:</i> 28 de junho de 2012
-------------------	---	---

Presenças	
CCDR-N	Álvaro Carvalho (Presidente da CAA) Paula Pinto / Rui Fonseca / Maria João Pessoa / José Freire / Maria João Barata / Graça Fonseca
APA	-
ARH-N	Confirmou ausência
DRCN	David Ferreira
EMD	Filinto Girão
ICNB	Carla Marisa Quaresma
IGESPAR	Confirmou ausência
INAG	Paulo Machado
LNEG	Confirmou ausência
MUNICÍPIOS	Fernando Barros
SADRVT	José Cascarejo (Presidente da CM Alijó)
CPADA	João Branco
EDPP	António Freitas da Costa / Nuno Portal / António Vallejo Paes / Paulo Figueira / Marta Damasceno / João Silva

Álvaro Carvalho abriu a reunião e agradeceu a presença dos membros da CAA. Informou que os representantes da ARH-N, IGESPAR e LNEG e a Câmara de Murça confirmaram a sua ausência e colocou à consideração a Ordem de Trabalhos.

A Ordem de trabalhos proposta obteve anuência de todos e é a seguinte.

10H15	Ponto de encontro, para distribuição de EPI: Estaleiros (com acesso a partir da EN212, no troço da margem direita do rio Tua)
10H30 – 13H00	Visita à obra
13H00 – 14H15	Almoço (restaurante <i>Calça Curta</i>)
14H15	Partida para Carrazeda de Ansiães
14H30/16H30	Reunião da CAA, nas instalações da Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães Agenda 1. Aprovação da ata da 3ª reunião da CAA 2. Discussão e Aprovação do RSAA 2 3. Outros Assuntos 3.1. Queixa EU PILOT 3507/12/ENVI 3.2. Ponto de Situação da Candidatura ao QREN para a recuperação do troço ferroviário Brunheda-Cachão

1. Aprovação da ata da 3ª Reunião da CAA

Álvaro Carvalho referiu que a primeira versão da ata foi disponibilizada a 3 de maio de 2012, e que a última versão foi divulgada no dia 26 de junho, com os comentários dos representantes do LNEG, do ICNB, da Câmara Municipal de Murça, da EMD e da EDPP. Colocou-a à consideração de todos para eventuais comentários e correções. Não havendo comentários, a ata da 3ª Reunião da CAA foi aprovada e assinada pelos presentes.

Confirmou a nomeação do Eng. João Branco, como representante da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA).

2. Aprovação Discussão do 2º RSAA

Álvaro Carvalho informou que se pronunciaram por escrito sobre o RSAA 2, o LNEG, a DRCN, o ICNB, e a CCDRN. Passou a palavra à EDPP para um breve ponto de situação da obra e dos principais aspetos do Relatório. Solicitou que durante a apresentação sobre o ponto de situação da obra, fosse dada resposta aos pontos em aberto relativos à ata da 3ª reunião - Núcleo de Memória do Vale do Tua, Programa de Monitorização em Caldas de Carlão, à matriz de recomendações resumida e às análises efetuadas às águas residuais para descarga no rio.

António Freitas da Costa apresentou o ponto de situação do progresso da obra, com a seguinte ordem de assuntos:

Obra:

a) estaleiros - encontram-se em curso a montagem do *blondin* e da central principal de fabrico de betão; b) central – está em curso a escavação do talude posterior; c) túnel de acesso à central e túneis de ataque ao circuito da obra – escavados a 100% (770m); d) derivação provisória do rio – escavação e betonagem da boca de saída concluídos; e) barragem – encontra-se em curso a execução do acesso provisório ao coroamento pela margem esquerda; f) canal de jusante – escavação em curso, foi solicitado parecer, à APA, para escavação do leito do rio com recurso a meios marítimos.

Aspetos Ambientais:

Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (ADRVT): A Agência sofreu uma reestruturação jurídica, passando a Associação sem fins lucrativos e com características de utilidade pública. A ADRVT e o Fundo de Conservação da Natureza (FCN) assinaram um Protocolo com vista à operacionalização e gestão dos contributos financeiros para o Fundo da Biodiversidade, garantindo que cerca de 73% das verbas são canalizadas para a região através da criação e gestão de um Parque Natural Regional, da promoção do desenvolvimento do turismo sustentável da região e da implementação de ações de conservação da natureza e biodiversidade.

Relativamente ao Parque Natural Regional, já foi efetuada a contratação da CIBIO/DHV para elaboração de um Programa-Base que deverá submetido ao FCN no final de 2012. No que diz respeito à mobilidade, foi realizada uma reunião com a CCDR-N no passado dia 14 de maio, com vista a preparar uma candidatura aos Fundos Comunitários, necessária para alavancar a verba disponibilizada pela EDP. Foi assinado um Protocolo entre a EDPP e os Municípios do Tua, relativo ao fundo de funcionamento da Agência, no valor de €1,5 milhões. Foi ainda realizado um concurso da Logomarca da ADRVT, tendo já sido realizada uma cerimónia de entrega dos prémios.

Núcleo de Memória do Vale do Tua: Está em desenvolvimento o projeto para a solução 3 - edifício novo e a conclusão do Estudo Prévio está prevista para agosto de 2012.

Empreendedorismo: Está em curso o Programa EDP Empreendedor Sustentável 2012, tendo sido já realizadas as 5 Jornadas de Empreendedorismo em abril e maio, com 136 inscrições no programa e estão a decorrer os Ateliers de Ideias e as Bancas Internas (Alijó 15.06 – 13 participantes; Vila Flor 22.06 – 10 participantes).

Monitorização do Recurso Hidromineral das Caldas de São Lourenço: Foi instalado o equipamento para a disponibilização dos dados da monitorização *online* em maio de 2012 e a plataforma *online* encontra-se em funcionamento, desde junho de 2012.

Outros Assuntos: A EDPP prevê proceder ao alargamento do canal de navegação do Douro, em coordenação com o Instituto Português e dos Transportes Marítimos (IPTM), no sentido de melhorar as condições de navegabilidade e segurança.

Relativamente ao Plano de Ordenamento de Albufeira de Foz Tua (POAFT), foi realizada reunião para apresentação do procedimento de desenvolvimento do plano, adjudicado à NEMUS. Quanto à valorização do Património, foi elaborado, para assinatura, o Protocolo entre a EDP e a DRCN. No que respeita à conectividade no Douro, a monitorização das eclusas foi adiada para 2013, devido às condições hidrológicas excecionais.

A Monitorização do Recurso Hidromineral das Caldas de Carlão continua em aberto, uma vez que a EDP ainda não possui autorização de acesso.

Carla Quaresma referiu desconhecer o adiamento da monitorização das eclusas.

Paulo Machado questionou a situação do encaminhamento das águas residuais industriais e das análises efetuadas.

Marta Silva esclareceu que as águas residuais industriais já estão a ser descarregadas para o rio, uma vez que as últimas análises revelaram valores compatíveis com essa descarga.

Álvaro Carvalho passou a palavra aos comissários para se pronunciarem sobre o RSAA 2.

José Cascarejo referiu que a ADRVT foi constituída por imposição da DIA e tem os seguintes objetivos: implementação de um Parque Natural, implementação de um Projeto de Mobilidade e construção de um Museu de Memória do Vale do Tua.

Sobre o Parque Natural, referiu que foi feita uma parceria com o ICNB, com o objetivo de implementar um parque, quer com uma componente pedagógica de preservação da conservação da natureza e biodiversidade, quer com uma componente de sustentabilidade, através do turismo. Deu nota que a CIBIO/DHV já se encontra a efetuar levantamentos de campo. Referiu a existência de um caso bem sucedido - o Parque de Monfragüe (Cáceres, Espanha).

No que respeita ao Museu de Memória do Vale do Tua, salientou a atitude de generosidade das autarquias ao abdicarem dos núcleos museológicos concelhios, em detrimento de um museu do território, que deve assumir-se como complementar dos museus da Régua e do Côa. A conceção do Museu do Tua deve pressupor a sua sustentabilidade, independentemente da volatilidade das eleições autárquicas e governamentais.

Salientou também que, ao nível do empreendedorismo, os municípios estão a dar apoio ao nível técnico e que relativamente à Monitorização das Caldas de Carlão, o município de Alijó irá assegurar a função de facilitador entre os proprietários e a EDPP. Informou ainda que a dificuldade das negociações se prende com o facto do projeto do AHFT ter inviabilizado um projeto para um empreendimento turístico previsto pelos proprietários para as Caldas de Carlão.

Relativamente ao POAFT, referiu que não conseguiu aceder à plataforma. No que diz respeito ao Património Cultural, concordou com o levantamento realizado, pela DRCN, no município de Alijó e confirmou a alteração de paradigma na construção do AHFT, uma vez que a EDPP não se limitou a pagar expropriações, mas envolveu-se com os agentes locais num projeto de desenvolvimento regional.

Fernando Barros referiu a existência de uma evolução na segurança dos trabalhos em obra e salientou a preocupação com os impactes produzidos por esta obra, uma vez que se localiza num local de grande visibilidade. Fez questão de congratular a EDPP pela contratação do Arquiteto Souto de Moura para o projeto da central e salientou que o Vale do Tua é também humanizado, pelo que o projeto de mobilidade do Tua é imprescindível e sua não concretização seria dececionante para os agentes locais.

Informou que a CP afixou editais comunicando a cessação do serviço de táxis no final do mês de junho, porque a linha do Tua foi desativada, situação que se revela preocupante.

Relativamente à Valorização do Património, informou que ainda não foram realizadas reuniões no município de Vila Flor. No que respeita ao Museu do Tua, corroborou a intervenção do representante da ADRVT – José Cascarejo.

Quanto ao POAFT, referiu que as distâncias das áreas de proteção são exageradas e que deve ser tido em conta a morfologia estreita do vale do Tua.

Paulo Machado esclareceu que existem duas áreas de proteção legais: a) área de reserva, fixada por lei, é de 100 m a partir do NPA; b) zona de proteção terrestre, que pode variar entre 100 m e 1000 m. Referiu também que foi acordada uma área de proteção de 500 m, a qual pode ser ajustada em função do desenvolvimento dos trabalhos.

Graça Fonseca chamou a atenção para a necessidade de haver articulação entre o POAFT e o Parque Natural, de modo a evitar incompatibilidades futuras.

Nuno Portal salientou que faria sentido articular as reuniões da CAA com as do POAFT e referiu que a EDPP possui toda a informação disponível, relativa ao desenvolvimento do POAFT.

Álvaro Carvalho considerou que seria mais eficaz e expedito garantir um reporte, em sede da CAA, das conclusões das reuniões relativas ao POAFT, que seriam registadas na Ata.

Carla Quaresma informou que o relatório reporta a situação em curso, no entanto chamou a atenção para o vasto conjunto de informação disponibilizada e para a análise simultânea do 2º RSAA com o 3º aditamento ao RECAPE. Referiu que as medidas têm sido implementadas e revelam-se, na sua generalidade, eficazes e que a EDPP tem efetuado um bom acompanhamento da obra. Atendendo à alteração ao projeto, por razões de segurança, considerou que tem existido um esforço em compatibilizar as questões de segurança com a minimização da afetação dos valores naturais, como as vedações e balizamentos, de modo a preservar áreas remanescentes de património natural do vale do Tua.

Relativamente aos programas de monitorização, informou que a nível da avifauna, a monitorização apresenta falhas, nomeadamente a monitorização dos locais de reprodução do chasco-preto. Ainda sobre os programas de monitorização, questionou qual o ponto de situação da implementação das medidas relativas à linha de média tensão provisória.

João Silva esclareceu que a BIO 3 está a assegurar a monitorização dos locais de reprodução do chasco-preto.

Marta Damasceno informou que a linha de média tensão está a ser controlada e a monitorização vai começar a ser realizada.

Paulo Machado salientou que as tabelas de recomendações e advertências são confusas e que devem reportar ao horizonte temporal do respetivo RSAA. Fez referência a recomendações que continuam em aberto, e que considera estarem já em conformidade.

Marta Damasceno confirmou algumas incongruências e informou que o sistema de registo das desconformidades vai ser ajustado.

Filinto Girão considera que não nada há a referir sobre o RSAA 2. Ressalvou a importância da ligação do Núcleo de Memória do Vale do Tua ao território, numa lógica de rede que deve ter em conta o rio e a linha ferroviária do Douro. Salientou que o projeto de Mobilidade, o programa de Autoemprego e a ADRVT são uma mais-valia para o território e que o Parque Natural deve potenciar o património natural existente.

Transmitiu preocupações relativamente à redução dos transportes alternativos à linha do Tua de modo a não haver roturas.

António Freitas da Costa referiu que a mobilidade quotidiana está a ser assegurada através das carreiras e dos táxis.

Fernando Barros voltou a salientar a questão dos editais afixados pela CP.

Álvaro Carvalho sugeriu que a ADRVT averiguasse esta situação junto da CP, dando conhecimento do ponto de situação à CAA.

João Branco informou que representa a CPADA e que, mais concretamente é vice-presidente de uma das confederadas – a Quercus. Assumiu uma posição desfavorável à implementação do AHFT, reconhecendo, contudo, a legitimidade da obra. Transmitiu as preocupações quanto ao destino das verbas para a conservação da natureza e quanto à área, ao estatuto jurídico, às medidas a implementar e ao grau de proteção do futuro Parque Natural. Registou com interesse o referido pelo representante da ADRVT e a referência ao Parque de Monfraguè. No entanto, alertou para que se garanta as condições necessárias a uma verdadeira preservação dos valores naturais do futuro Parque. Sugeriu um investimento na agricultura tradicional biológica, mesmo dentro do Parque Natural.

David Ferreira informou que, relativamente à valorização patrimonial, as estimativas orçamentais têm que ser articuladas com os municípios. Quanto ao Núcleo de Memória do Vale do Tua, a DRCN está em sintonia com as autarquias. Salientou que a verba disponibilizada deve contemplar a construção do edifício e a sua manutenção durante oito anos e que devem ser adotadas soluções robustas e simples, de modo a

garantir a sustentabilidade do Museu. Informou que tem realizado trabalho de campo para averiguar custos e ações de outros museus.

José Freire alertou para o facto de ser a EDPP a responsável por assegurar e monitorizar o projeto de mobilidade quotidiana, na fase de construção, por força da DIA. Relativamente ao autoemprego, solicitou informação mais explícita, nomeadamente, o número de micro e pequenas empresas efetivamente criadas.

Paulo Figueira esclareceu que a edição deste ano do Programa teve início em fevereiro de 2012, pelo que a criação de empresas só deverá ocorrer no final do ano, após as diversas etapas de formação. Informou que se registaram 136 inscrições na edição deste ano do Programa, valor que ultrapassa largamente o *target* estabelecido.

José Freire salientou ainda que não se encontra calendarizado o plano das acessibilidades e alertou para a necessidade de ser solicitada a prorrogação da suspensão dos PDM, que termina em dezembro.

António Freitas da Costa informou que o plano das acessibilidades depende da configuração final do plano da mobilidade, que está em estudo pela ADRVT.

José Freire registou com agrado que as medidas inovadoras, vertidas na DIA, como são o caso de ADRVT, o programa do Auto emprego, e o projeto da mobilidade, estarem a ser implementadas no terreno e a constituir fatores de desenvolvimento regional.

Paula Pinto informou que o parecer do ICNB será aditado ao parecer final do RSAA 2, imediatamente após a sua receção.

Álvaro Carvalho apelou a uma maior antecipação no envio dos pareceres e solicitou mais comentários aos membros da CAA. Não havendo nada mais a referir, a reunião prosseguiu com a distribuição da proposta de parecer da CAA sobre o RSSA 2, cujas conclusões foram lidas pela Dr.ª Paula Pinto.

3. Outros assuntos

António Freitas da Costa referiu que sendo o AHFT um projeto de produção de energia, necessita de uma linha de escoamento da energia e informou que a EDPP está a arrancar com um novo EIA relativo à Linha de Transporte de Energia e que irá reunir

com a REN para encontrar soluções de pontos de entrega e traçados que sejam compatíveis com as exigências técnicas de ambas as entidades, tendo em conta os pareceres e sugestões já transmitidos.

3.1. Queixa EU PILOT 3507/12/ENVI

Álvaro Carvalho informou que foi rececionada uma nova queixa e propôs que a resposta fosse coordenada pela Autoridade de AIA (APA), sendo que a CAA poderia dar contributo, no âmbito das suas competências, para a questão n.º 2 – ponto de situação do estado de aplicação das medidas condicionantes impostas pela DIA.

Paulo Machado informou que a APA também tem conhecimento da queixa e que já se encontra em articulação com o Gabinete de Relações Internacionais para preparar resposta.

Álvaro Carvalho apelou aos Comissários que contribuíssem para a preparação da próxima visita da ICOMOS e UNESCO à obra.

José Cascarejo salientou que as preocupações da CPADA e do ICNB, relativas ao Parque Natural, são também as dos municípios e confirmou a assinatura do protocolo entre a ADRVT e o FCN. Apelou a uma atitude mais construtiva da parte da CPADA e chamou a atenção para o exemplo da barragem do Côa, no qual a paragem das obras teve um efeito ambiental muito negativo.

Carla Quaresma solicitou que fosse disponibilizado à CAA o protocolo assinado entre a ADRVT e o FCN.

3.2. Ponto de Situação da Candidatura ao QREN para a recuperação do troço ferroviário Brunheda-Cachão

O ponto de situação da candidatura ao QREN para a recuperação do troço ferroviário Brunheda-Cachão não foi mais desenvolvido, uma vez que António Freitas da Costa, no âmbito da apresentação da EDPP, expôs as diligências já efetuadas.

3.3. Calendarização dos próximos trabalhos

Álvaro Carvalho deu nota da calendarização dos próximos trabalhos, ficando acordado o seguinte:



- Relatório Intercalar a entregar no final de agosto de 2012;
- RSAA 3 a entregar em novembro de 2012;
- Envio dos Pareceres Setoriais até 31 de janeiro de 2013;
- Próxima Reunião 5ª CAA AHFT, a **14 de fevereiro de 2013, em Alijó.**

Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente ata.

Carrazeda de Ansiães, 28 de junho de 2012